



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 025

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE ABRIL DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado André Vargas e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DAF-C/181-2003/ADMIN, do senhor Rubens de Camargo Penteado, Diretor Presidente da Compagas - Companhia Paranaense de Gás, encaminhando cópia de declaração de bens referente ao Imposto

de Renda ano-base 2002, do Diretor Técnico-Comercial José Roberto Gomes Paes Leme. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEEC/CC/1203/2003, do senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando Resposta de Pedido de Informações, requerido pelo deputado Rafael Greca de Macedo, que pede “Esclarecimento Sobre os Créditos Atribuídos à Olvepar pelo Tesouro Estadual”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 12/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O deputado Hermes Fonseca se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A receita com a cobrança da tarifa para as motocicletas é insignificante em relação aos demais veículos e, portanto, o desequilíbrio no contrato de concessão é irrelevante.

2 - O tráfego de motocicletas nas estradas não causa danos em seus pavimentos.

3 - Em alguns Estados da Federação, onde foi implantado o pedágio, as motocicletas têm passagem livre.

4 - E, finalmente, são muitos os mototaxistas e motoboys que sustentam suas famílias com o exercício do transporte de pessoas ou prestação de serviço de transporte de pequenos volumes.

Diante do exposto, sugere a V. Exa. a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) HERMES FONSECA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 231/2003, de sua autoria e dos senhores deputados Dobrandino da Silva e Chico Noroeste, que cria a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a transformação da Sessão Ordinária de amanhã (30/04/2003) em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 138/2003 -

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme especifica”.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Cida Borghetti, Nelson Garcia, José Maria Ferreira, Duílio Genari, Carlos Simões, Elton Carlos Welter, Nereu Moura, André Vargas, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Artagão Júnior, Natálio Stica e Luiz Carlos Martins.

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 30, para o período matutino às 10h00.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Admar Bertolli, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Teatro Guaíra pela passagem do seu 50º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exma. Sra. Dra. Vera Maria Haj Mussi, secretária de Estado da Cultura e a Dra. Nitis Jacon, diretora presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, para que recebam e transmitam a todos os artistas e colegas de trabalho as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Cultural Teatro Guaíra, completou no último dia 25, 50 anos de fundação. Entre as comemora-

ções, assistimos no Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto, a apresentação da orquestra Sinfônica do Paraná, sob a regência do Maestro Alessandro Sangiorgi. Na programação, entre outras, a 5ª Sinfonia e 1812 Overture, de Tchaikowski.

Brevemente, teremos o nosso Teatro Guaíra como Patrimônio Histórico da Cidade.

Fundado no dia 25 de abril de 1953, o Teatro Guaíra não foi e não é apenas o palco para grandes textos da dramaturgia brasileira e mundial, mas também o polo aglutinador e irradiador de conformismo literário da gente paranaense.

A vibração da platéia diante daquelas manifestações de vitalidade artística me transporta, em uma viagem da memória, meados dos anos 60/70, quando militante do movimento estudantil e de defesa dos direitos humanos, integrava-me à multidão que lotava o nosso Teatro Guaíra para participar dos atos públicos da Resistência Democrática.

De volta ao presente, meus olhos se demoraram na contemplação prazerosa das linhas de sua belíssima arquitetura, o pátio que se abre ante à Câmara sagrada da platéia até chegar ao espaço mágico do palco.

Assim tem sido possível temperar a lembrança de tempos duros, mas plenos de desafios e de sonhos de juventude, com a reconfortante certeza de que o nosso é e será um dos mais lindos do Brasil, construído com o sonho de paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Braganey, em 03 de maio deste.

O município de Braganey comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Braganey por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao prefeito municipal, Exmo. Sr. João Cappelletto, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. vereador Eudécio Carreira, assim como ao

vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambos na Av. Artur Pereira, 860 - Braganey - PR - 85430-000.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Capitão Leônidas Marques, em 28 de abril deste.

O município de Capitão Leônidas Marques comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Capitão Leônidas Marques por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Décio Dallabrida, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. vereador José Odair Campingoto, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. Tancredo Neves, 502 e na Câmara Municipal, na Av. Iguaçu, 180 - Capitão Leônidas Marques-PR- 85790-000.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Nova Santa Rosa, em 29 de abril deste.

O município de Nova Santa Rosa, comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Nova Santa Rosa por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Antonio Caldeira de Moura, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. vereador Osmar Schallenberger, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Av. Tucunduva, 833e na Câmara Municipal, na Rua Maripa, 892 - Nova Santa Rosa - PR- 85930-000.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Altamira do Paraná, em 27 de abril deste.

O município de Altamira do Paraná, comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Altamira do Paraná por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Jaldemo Gomes Duarte, ao presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. vereador João Paulo de Castro Klipe, assim como ao vice-prefeito, vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal, ambos na Rua Cantú, 180 - Altamira do Paraná - PR - 85280-000.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra, pela comemoração de seu cinquentenário.

Muitos foram os nomes recebidos pelo colégio até este receber o nome atual. Em 1953, surgiu a Escola Municipal da Colonizadora Creciúma. Em 1958, foi denominada Escola Mista Municipal de Santa Terezinha. Em 1960 as instalações foram ampliadas, sendo construída então mais uma sala. Em 7 de setembro de 1964 foram ampliadas as instalações da escola e o prédio foi inaugurado oficialmente em 1965. Em 1967 passou a chamar-se Grupo Escolar Santa Terezinha. Em 1982 Escola Zewe Coimbra - ensino de 1º Grau. Em 1990 a escola foi autorizada a funcionar de 5ª a 8ª séries. Em 1998 foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio, passando a chamar-se Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra.

Atualmente o colégio possui 1.400 alunos, com os quais atuam quarenta e oito professores, quatro profissionais coordenando as atividades pedagógicas além da direção e direção-auxiliar. Além disso, possui dez funcionários administrativos e doze à disposição dos serviços gerais.

Sendo assim, o colégio é considerado o maior do município, tendo como meta primordial a educação para todos, procurando o menor índice possível de evasão escolar, buscando qualidade de ensino em todos os níveis e modalidades, seja no ensino Fundamental, Médio ou Educação de Jovens e Adultos.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência aos diretores, funcionários, alunos, familiares e Associação de Pais e Mestres do Colégio, em nome da senhora Sarita Maria Pieroli - Diretora do Colégio Estadual Carlos Zewe Coimbra, na Rua dos Estudantes, s/nº Santa Terezinha de Itaipu - PR, 85875-000, assim como ao Senhor Adilon Pereira - Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pelo Dia do Contabilista.

Dia 25 de abril é uma data especial porque reverencia uma classe que está por trás do sucesso de muitas categorias econômicas, políticas e intelectuais da sociedade.

O trabalho profissional contábil está diretamente ligado ao desenvolvimento do país, desde questões mais simples, como o balanço de uma pequena empresa ou a declaração de um imposto de renda, a questões mais

complexas, como a gestão governamental de uma cidade, estado ou país.

Parabéns contabilistas, pela importância de seu trabalho, pela humildade da sua colocação, e pela nobreza de sua função.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência aos Contabilistas do Estado do Paraná, em nome do presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, Senhor Divonzir Chiminacio, na Av. Senador Souza Naves, 381, assim como ao presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná- Fecopar, Senhor Antônio Carlos Doró, na Rua Portugal, 410 - Curitiba-PR, ambos em Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de moção de apoio ao Sr. Ivan Nascimento Leal, diretor administrativo da Sociedade Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia, pelos esforços para a implantação do Projeto Pedagógico para os Cursos de Habilitação dos Professores Leigos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado no seguinte endereço: Avenida São Paulo nº 172, Edifício Aspen Park, sala 1306, 13º andar, Maringá-PR, CEP: 87013-040.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia, com sede em Maringá, representada pelo diretor Sr. Ivan Nascimento Leal, vem envidando esforços para implantação de um Projeto Pedagógico, com o apoio de diversas prefeituras do interior do Estado, em regime Especial, onde pretende formar os professores que não lograram êxito em concluir o ensino superior.

Haja visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 62, estabelece que todos os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, deverão ter o curso de licenciatura, em nível superior, até o ano de 2006, a partir da referida data os professores que não se adequarem às normas legais serão afastados do exercício docente em classe, o que implicaria em inúmeros alunos de nosso município sem aulas.

Aliada a essa questão, o professor que não se habilitar poderá sofrer discriminação por parte dos demais colegas e alunos, bem como de toda a comunidade em geral, podendo, assim, comprometer toda sua vida profissional

O curso a ser implantado pela Sociedade Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia, possui caráter presencial, sendo que o corpo docente levará conhecimento na área de graduação aos municípios, permitindo dessa

forma que nossos professores tenham aulas em suas cidades, sem a necessidade de deslocamentos.

O curso terá caráter especial porque tem aulas em janeiro, período integral e durante o resto do ano as aulas serão apenas aos sábados e com duração de até dois anos e meio.

Salienta-se que este curso já está em funcionamento em diversos Estados como o Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Goiás e Sergipe, que a exemplo do que se pleiteia foi pedido diretamente pelos Governos dos Estados citados.

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER pedido, junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, o alargamento da Avenida Visconde de Guarapuava, em toda a sua extensão.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais vem REQUER, após ouvido o Plenário deste Parlamento, seja oficiado o senhor secretário dos Transportes solicitando que adote providências urgentes para:

1 - Recuperação da pavimentação do trecho rodoviário da sede municipal a localidade de Alto Santa Fé, no município de Nova Santa Rosa, conforme a solicitação feita pelo Ofício nº 086/2003 daquela municipalidade, e encaminha a este parlamentar.

A recuperação do trecho referenciado é de necessidade premente, pois a precária condição de trafegabilidade da via, prejudica enormemente a economia local e regional, bem como atenta contra a segurança de motoristas, passageiros e pedestres.

2 - Celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa com o objetivo de pavimentar com pedras irregulares a estrada que demanda, da ponte sobre o Rio Jaguarundi até a Sede Distrital de Planalto d'Oeste, no município de Nova Santa Rosa, nos termos da proposta apresentada no ofício antes referenciado.

A conclusão da pavimentação poliédrica da estrada entre a Sede Municipal de Nova Santa Rosa e a sede distrital de Planalto d'Oeste, onde já está pavimentado o trecho da sede municipal até a Ponte do Rio Jaguarindi, é muito aguardada pelos moradores das duas comunidades, considerando o significativo expoente econômico e social que envolve a citada via.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, solicitando as seguintes informações e documentos:

- quanto, em valores, foram destinados à Educação pelo Governo do Estado do Paraná nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002;

- se esses valores conferem com as porcentagens constitucionais de destinação obrigatória para a educação pública; e

- se as contas do Estado do Paraná, nesse período, foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, como cópia dos respectivos pareceres.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, digníssimo diretor geral do DER, solicitando a recuperação asfáltica no trecho da PR 498 compreendido entre o entroncamento do Bigão (saída da PR 82) até a cidade de São Tomé, numa extensão de cinco quilômetros.

A recuperação asfáltica do trecho em questão é de suma importância para a região, tendo em vista os constantes acidentes ocorridos na localidade que são provocados pelos muitos buracos do asfalto. O tráfego de carros e caminhões é muito grande e os problemas na pista causam inúmeras ocorrências no trânsito, para resumir a calamidade em que se encontra o local, em um único dia foram registrados três acidentes gravíssimos.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao superintendente do DER, Sr. Wilson Luiz Bazzo, solicitando providências, devido aos transtornos que vem sendo causados a população local, pela falta de segurança no trevo localizado no quilômetro 163 da BR-369.

O presente requerimento deve-se pelos inúmeros transtornos, além de prejuízos causados aos agricultores da região.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Uberaba de Cima, proximidades da Rua Professor Toshiaki, que pedem policiamento ostensivo nessa localidade, bem como em todo o bairro. São muitas as “ocorrências” que acontecem e que necessitam da presença de policiais, os quais com certeza proporcionarão segurança à população.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a convocação para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis, sobre as omissões e dolos, ocorridos na apresentação da prestação de contas do governo do Estado do Paraná, em 1998, que induziram aos deputados quanto sua aprovação. A convocação deve abranger:

a) Sr. Jaime Lerner, governador do Estado em 1998;

b) Sr. Giovani Gionédis, secretário de Estado da Fazenda em 1998;

c) contador(a) responsável pela assinatura do Balanço Geral do Estado do Paraná em 1998;

d) conselheiros do Tribunal de Contas responsáveis pela emissão do parecer prévio encaminhado favoravelmente à prestação de contas do governo do Estado do Paraná referente ao exercício de 1998, para ser aprovada pelos senhores deputados;

e) a convocação deverá ocorrer em Sessão Especial da Assembléia, no menor prazo possível de agendamento, face à gravidade e relevância dos fatos ocorridos.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da Comissão de Fiscalização

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito das despesas e receitas do Fundef, nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003:

- composição dos recursos do Fundef e das despesas no período já mencionado;

- pareceres dos órgãos responsáveis pela análise das contas do Paraná, em especial os recursos do Fundef;

- parecer do órgão do Ministério Público junto ao TCE-PR;

- se as prestações de contas periódicas foram realizadas na forma da lei;

- se os relatórios periódicos foram encaminhados nos prazos e na forma prevista em lei;

- o Estado do Paraná vem aplicando adequadamente os recursos do Fundef? Há ressalvas? Há restrições? Quais?

Sala das Sessões, em 29.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

São públicas as divergências com relação ao cumprimento da legislação que regula o Fundef.

Há notícias, inclusive dos membros do Conselho do Fundef, que indicam não estar havendo a correta e sistemática aplicação dos recursos do Fundef. O Estado poderia ter deixado de investir a dotação mínima prevista para as ações contempladas pela Lei do Fundef.

Com relação ao Fundef, o Paraná é citado na Comissão da Câmara dos Deputados Federais que analisou os gastos do Fundef em todo o Brasil.

É com o intuito de analisarmos esses dados que requeremos os referidos documentos.

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito das contas do Estado do Paraná, no ano de 2001:

- cópia do parecer prévio exarado pelo Órgão competente;

- parecer exarado pelo Órgão do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná;

- relação de todas as informações complementares solicitadas ao Estado do Paraná, por ocasião da análise das contas. Juntar cópia dos pedidos e das informações prestadas;

- parecer exarado pela Diretoria de Assistência Técnica e Jurídica - DATJ;

- informar ainda se os percentuais constitucionais foram rigorosamente cumpridos pelo Estado do Paraná, em especial os gastos com educação e saúde;

- informar se as dotações do Fundef foram utilizadas dentro dos estritos limites da legislação federal e estadual;

- informar quais foram as ressalvas feitas por esse Tribunal em relação às contas do Estado do Paraná do ano de 2001.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná. Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

No caso específico, há muitos questionamentos referentes aos gastos do Governo Estadual no ano de 2001. São públicas as divergências com relação ao cumprimento da legislação que regula o Fundef, assim como com relação ao cumprimento da Emenda Constitucional 29, no que tange à dotação de recursos para a assistência à saúde.

Com relação ao Fundef, o Paraná é citado na Comissão da Câmara dos Deputados Federais que analisou os gastos do Fundef em todo o Brasil.

É com o intuito de analisarmos esses dados que requeremos os referidos documentos.

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja oficiado o Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando as seguintes informações sobre o repasse de recursos aos hospitais da rede pública do Estado do Paraná:

1) A região do Estado que não dispõe de Hospital Regional Público será contemplada de que forma pelos repasses?

2) O atendimento às pessoas daquela região será feito em outras regiões?

3) Como deve proceder a região para que faça jus ao repasse?

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste do Estado do Paraná serve de exemplo, que por não dispor de Hospital Regional Público não está contemplada nos repasses do governo do Estado ao SUS.

E conseqüentemente, o atendimento a saúde da região será agravado caso não forem credenciadas entidades da região no sentido de receber o repasse.

Os problemas já existentes serão agravados consideravelmente por políticas anteriores de centralizar o atendimento, o que faz com que a população tenha que ser atendida em grandes centros, e esta falta de repasse obrigaria mais pessoas a procurarem necessariamente o atendimento longe dali.

A população do Sudoeste é de aproximadamente 600 mil habitantes e tem 42 municípios e precisa participar do apoio do governo do Estado.

Certo da compreensão de todos, desde já nossos agradecimentos.

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente:

No dia 19 de março de 2003 esta Assembleia aprovou, por unanimidade, uma moção que repudia a forma pela qual o advogado geral da União, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, fizera declarações que agrediam este Legislativo e se baseavam em interpretações oblíquas de fatos relativos à construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Referida moção, cujas cópias foram encaminhadas formalmente aos senhores ministros do Supremo Tribunal Federal, ao senhores. presidente da República e ao senhor governador do Estado do Paraná, incluía em seu texto todo um levantamento histórico da obra, rememorava compromissos assumidos pela União e marcava a posição clara e límpida com a qual o Executivo e o Legislativo do Estado do Paraná agiram, desde o início, para atender a uma prioridade determinada pelo governo federal.

Na referida moção estão reproduzidos os trechos dos sucessivos convênios e do aditivo-apostila, bem como do termo de recebimento da ferrovia pelo governo federal que são, e devem mesmo ser, a base para análise e julgamento da Ação Cível Originária 453-5 que o governo do Paraná propôs contra a União, e que se acha hoje no Supremo Tribunal Federal para julgamento.

A imprensa vem acompanhando o caso, e a Revista IstoÉ, em 02 de abril, publicou ampla reportagem que estabeleceu a verdade dos fatos e contestou, com provas, as alegações - e acusações - do advogado geral da União.

Na edição desta semana a revista publica, na íntegra, a carta que lhe foi enviada pelo referido advogado. E, na base do texto, reproduz também a resposta da redação à correspondência do Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, advogado geral da União.

Considerando importantes os dois documentos (a carta do advogado e a resposta da "IstoÉ" o deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição de ambas reportagens nos Anais desta Assembleia, tal como estão publicados na página 17 da Revista, para conhecimento dos senhores deputados e da opinião pública.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 234/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade, através de programas e serviços voltados às áreas social, de saúde, da educação e da formação profissional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 236/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Determina a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas concessionárias de estradas de rodagem para utilização dos usuários da via pedagiada.

Art. 2º - As concessionárias de estradas de rodagem pedagiadas terão o prazo de 60 (sessenta dias) para se adequarem à presente lei.

Art. 3º - A não observância ao determinado no *caput* do artigo 1º, sujeitará a concessionária de estradas de rodagem à multa diária de 200 (duzentas) UFIR's.

Art. 4º - O Poder Executivo fará a regulamentação desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa em especial garantir ao cidadão o conforto necessário à realização de suas necessi-

dades fisiológicas, sem que se sinta constrangido em ter de estacionar o seu veículo no acostamento das estradas que, além do risco em ser abordado por algum "amigo do alheio", se vê obrigado à exposição de parte do seu corpo, a fim de solucionar uma indisposição eventual em plena via pública e, em especial, crianças e idosos.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 235/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Toledo.

§ 1º - Constituem a Região Metropolitana de Toledo, os municípios de Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quadro Pontes, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu e Tupãssi.

§ 2º - Outros municípios poderão integrar a Região Metropolitana de Toledo motivados pela sua expansão urbana acelerada, demanda por serviços e necessidades de investimentos em parceria.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Toledo terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a Região Metropolitana, sendo que o município de Toledo será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Toledo e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Toledo;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns de interesse coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder o remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto desta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.04.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente projeto de lei, visamos assegurar um processo de desenvolvimento integrado, fomentando iniciativas viáveis, com poder de catalisar as forças da região com vistas à formulação e implementação de um projeto para o futuro, capaz de projetar melhor um modelo padrão de crescimento que se abre à população.

Os municípios que integram a Região Metropolitana de Toledo, objeto deste projeto de lei, possuem uma mesma identidade no desenvolvimento econômico social, cultural, industrial, comercial e outros serviços que ultrapassam fronteiras, destacando-se o Centro Universitário de Toledo, com 4 universidades (Unioeste-Unipar-Fasul e Puc), que oferecem 31 cursos, para mais de 6.800 alunos.

Somando-se a isto o campus da Unioeste de Marechal Cândido Rondon, 9 cursos com 1.500 alunos; a Faculdade Cetesop de Assis Chateaubriand, 8 cursos com 940 alunos; campus da Universidade Federal do Paraná em Palotina 5 turmas com 350 alunos; Faculdades Famar de Marechal Cândido Rondon, com 250 alunos, totalizando 3.040 alunos, que caracteriza uma verdadeira interação dos municípios. São aproximadamente 250.000 pessoas que têm a expectativa de ver concretizada a integração, que proporcionará um incentivo maior na busca de alternativas para o desenvolvimento e crescimento organizado dos municípios envolvidos, com a participação da sociedade civil organizada.

Portanto, cabe a nós, parlamentares, a apresentação de criação de projetos públicos de interesse comum, visando a melhoria na condição de vida dos cidadãos,

razão pela qual, solicitamos a aprovação da Região Metropolitana de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

No horário do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão; senhoras e senhores deputados:

Estive no final da semana passada, mais precisamente na sexta-feira, e no sábado, na cidade de Cascavel. Lá encontrei alguns deputados e entre eles Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Duílio Genari e Reni Pereira, que estavam participando da Amopi - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Lá também estava o nosso companheiro e amigo, presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek.

Eu não havia ido até Cascavel e na sequência até Medianeira para a reunião da Amopi, mas fui porque no sábado e na sexta-feira tivemos, na minha principal agenda, a inauguração do nosso escritório político para Cascavel e região Oeste.

Alguém pode perguntar: mas, por que o deputado Stica de Curitiba e da região metropolitana está abrindo um escritório político em Cascavel e na região oeste?

Primeiro, porque fui eleito deputado do Estado do Paraná, e como tal, quero ajudar o meu Estado a voltar a ser um Estado pujante da Federação brasileira.

Eu não consigo entender o crescimento do Paraná sem passar pela região Oeste e lá vejo Cascavel, como o que chamo de "olho do furacão!" A região Oeste é a responsável pela produção de grãos do Estado do Paraná; região que tem uma universidade, a Unioeste, que é a responsável pela educação no terceiro grau de toda aquela região importante do nosso Estado e agora, com a retomada da Ferroeste pelo governador Requião, tenho certeza que vai ajudar aquela região a fazer o seu crescimento.

Fui procurado pelo vereador Aderbal Hollebem de Mello, da cidade de Cascavel, pedindo para que lá fizéssemos o nosso escritório político. Abri, em conjunto com a deputada federal, Dra. Clair, para que possamos nos somar aos demais deputados estaduais e federais que se já atuam por aquela região. Tivemos e contamos com presenças de autoridades locais.

A inauguração se deu na Câmara Municipal de Cascavel, que quero aqui, desta tribuna, agradecer ao presidente, vereador Fernando e todos os vinte e um vereadores de Cascavel, porque todos participaram da nossa inauguração de escritório político.

Fizemos, portanto, uso do Parlamento Municipal de Cascavel e fomos muito bem recebidos.

Também contamos com a presença do prefeito de Cascavel, o companheiro Edgar Bueno, que tem realizado um trabalho magnífico naquela cidade. Aprovei-

tando o dia, visitamos o belíssimo lago de Cascavel que já tem uma ação para que o secretário Cheida possa ajudar de imediato o desassoreamento daquele lago, sob pena de termos um lago que acabe dando problemas para a cidade e principalmente para o parque que ele faz.

A cidade de Cascavel vai contar, portanto, a partir deste momento, já com os deputados que citei anteriormente, que são da região, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Chico Noroeste, Reni Pereira, Neivo Beraldin e outros que sei que trabalham pela região e agora também com deputado Stica.

Hoje almocei aqui na Assembléia Legislativa, senhor presidente, com o prefeito daquela cidade, Edgar Bueno. E ele me contava da alegria ao receber a informação de que ontem foi aprovado em 2ª discussão, o projeto do deputado Nereu Moura, criando a Região Metropolitana de Cascavel. É bom que se diga que esse foi um projeto do então deputado estadual, hoje prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, e que depois acabou sendo arquivado e o Nereu Moura, deputado também da região, fazendo um belíssimo trabalho, toma a iniciativa e agora aprova a criação da Região Metropolitana de Cascavel. Trago aqui, os agradecimentos do prefeito Edgar Bueno, hoje, quando almoçamos aqui na Assembléia Legislativa, a todos os deputados, pela aprovação.

Estive ontem acompanhando o Dr. Cláudio Xavier, secretário da Saúde, à cidade de São Mateus do Sul, aonde discutimos lá a possível parceria com a Petrobrás, com a Incepa e com os municípios de Antonio Olinto, São João do Triunfo, e Paulo Frontin, município sede de São Mateus do Sul, para a criação de um hospital regional.

Acompanhou-nos também nesta visita, a superintendente do INSS do Paraná, Dra. Elizabeth, que se comprometeu que a primeira agência do INSS do Paraná será instalada na cidade de São Mateus do Sul. De lá seguimos em caravana à cidade do companheiro Pedro Ivo, que já foi prefeito, hoje deputado estadual, aonde fizemos uma reunião, na Secretaria da Saúde, com todos os prefeitos da Associação de Prefeitos dos Municípios do Sul do Paraná, discutindo a questão da saúde e Pedro Ivo certamente fará uso da palavra e vai contar da posse do novo chefe do serviço médico daquela cidade e daquela região.

Portanto, quero dizer que, no cumprimento do nosso papel como deputado estadual, faço, senhor presidente, este comunicado aos senhores parlamentares, porque quero dizer que aqui vim para somar e não para dividir, e mesmo sendo deputado de Curitiba, eleito pelo povo do Paraná, estarei agindo, se possível, no maior número de municípios do nosso Estado, somando com os demais pares nesta Casa, porque aqui os 54 deputados estaduais têm um único objetivo: fazer com que o Paraná retome a sua posição de um Estado pujante da Federação brasileira. E o faremos com o apoio do governador Roberto Requião que tem dado mostras inequívocas de que este Estado é um Estado promissor e vai fazer a sua

linha correta e a linha da seriedade e da ética na política, na qual nós nos incorporamos.

Parabéns, prefeito Edgar Bueno da cidade de Cascavel, pelo mandato popular e pela participação do povo no Orçamento participativo da cidade. Parabéns aos 21 vereadores de Cascavel pela receptividade que nos deram, a mim e à deputada Clair. Parabéns aos deputados da região, porque agora somaremos esforços e seremos fortes para que aquela região possa continuar sendo a região promissora e a região que, tenho certeza, vai continuar sendo a região que vai dar o crescimento ao nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. No domingo que passou o jornal Folha de São Paulo publicou um artigo do advogado Saulo Ramos e o título do artigo é: “Cuba, uma ilha à deriva”.

(Lê):

“Jânio Quadros era candidato a presidente da República e me telefonou dizendo que faria uma viagem a Cuba, cuja revolução vitoriosa fascinara a nossa geração. E me convidou. Muita gente boa na comitiva: Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo de Tarso Santos e, entre outros, o Carlão Mesquita, que foi a alegria da turma tanto nos vãos como nos hotéis e nas repetidas reuniões com os políticos cubanos, naquela época todos americanistas convictos desde o dia em que Fidel Castro desfilou triunfante em Nova York sob chuva de papel picado, posto que a revolução contra Fulgencio Batista foi consentida (e financiada) por Washington.

Em Havana, o embaixador brasileiro, Leitão da Cunha, ofereceu um jantar para a caravana em homenagem a Fidel Castro e Che Guevara, nossos heróis. Quando chegaram as duas ilustres figuras os brasileiros cercaram o Che, que tinha muito mais carisma, embora de uma simplicidade comovente, Fidel era mais posado, ostentando a farda militar e, ao entrar (chegou depois do Che), deixou o revólver no banheiro da entrada da embaixada, como nos tempos de baile do faroeste americano.

Da reunião, dois fatos ficaram registrados na minha memória: a inveja, sem disfarce, que Fidel tinha de Guevara - inveja ostensivamente aristotélica; e um susto geral: roubaram o revólver do Fidel, que saiu furioso e xingando os brasileiros, sob as desculpas do embaixador e os tapinhas nas costas dados pelo Jânio.

Era, evidentemente, um ato de gozação e, por isso, todos nós, quando voltamos para o Hotel Rivera, caímos em cima do Carlão. Só podia ser ele. Jurou inocência. E ninguém ficou sabendo quem foi, a não ser Eduardo Lago, hoje diplomata aposentado, mas que se nega a contar o fim da história. Tenho certeza de que ele sabe. Inclu-

sive, quando Fidel gritava se tratar de uma relíquia da Sierra Maestra, alguém informou ser mentira: a arma era um parabelum russo 9 mm, presente recente do embaixador soviético Anastas Mikoyan, que estava iniciando seu processo de sedução.

O tempo passou. Jânio foi eleito e renunciou. Rubem Braga e Carlão Mesquita morreram, deixando-nos com saudades imensas. Jânio também. Cuba tornou-se comunista e baluarte do antiamericanismo da América Latina, Fernando Sabino ficou rico publicando um livro sobre Zélia Cardoso de Mello no governo Collor. E Paulo de Tarso advogado em São Paulo.

Jamais deixei de acompanhar com atenção a política de Cuba, sobretudo as relações entre Fidel e Guevara. Che era um comunista romântico e sonhador, certo de que poderia repetir a proeza da Sierra Maestra em outros países, mesmo sem consentimento dos americanos... Depois de uma incursão fracassada na África, teve a idéia de fazer guerrilha na Bolívia. Planejou tudo em Havana, inclusive o treinamento de guerrilheiros que o acompanhariam, entre eles Juan Pablo Chang Navarro e Julio Dagmino Pacheco. Fidel Castro conhecia os planos em todos os detalhes, inclusive locais de ação e alternativas de deslocamentos.

Na Bolívia, era ministro de Estado o tal de Antonio Arguedas, temível e violento perseguidor de terroristas. Ele coordenou a caçada a Che Guevara, com assessoria da CIA, por ele especialmente convidada. E foi direto ao lugar onde Che estava escondido na selva, mais certo que os mísseis modernos guiados por satélite.

E, no dia 09 de outubro de 1967, Guevara foi encontrado, amarrado a uma cadeira e assassinado com um tiro no peito. Teve as mãos cirurgicamente extraídas e guardadas em formol. O tal de Arguedas ficou com elas. No ano seguinte, esse mesmo tal de Arguedas abandonou a Bolívia e foi viver - adivinhem onde? - em Cuba! Levou as mãos de Guevara, dizendo que as entregaria à viúva, um gesto macabro e repulsivo que ninguém entendeu. Mais parece a prova de que se serviam os pistoleiros para receber recompensa pelos contratos executados. Não mereceu a menor censura de Fidel e em Cuba passou a viver com regalias, a tal ponto que se desconfiou ter sido ele um agente do ditador cubano na Bolívia. Confirmam os jornais de Lisboa, julho de 1968, e "O Estado de S. Paulo" de 28 de novembro de 1995.

Na aventura boliviana, ao lado de Guevara lutou o francês Régis Debray, preso e depois libertado. Na França, em 1996, Debray publicou um livro ("Loués Soient Nos Seigneurs") criticando Fidel Castro e suscitando dúvidas sobre como o esconderijo de Guevara foi encontrado pelos militares bolivianos. Quatro meses depois, uma senhoria chamada Aleida, que se proclama filha de Guevara, em entrevista ao jornal "El Clarín", de Buenos Aires, acusou Debray de haver delatado a localização de Guevara na Bolívia (Folha, 03/09/1996). Em carta ao "Le Monde", jornal de Paris, Debray fez uma

revelação curiosa: a versão foi encomendada por Cuba e a senhoria Aleida é fortemente ligada a Fidel.

Agora, neste mês de abril de 2003, Fidel Castro mandou fuzilar três cubanos que pretendiam fugir de Cuba e tomaram um barco de passageiros cuja gasolina acabou - igual ao carro do Rubinho - e, como a própria ilha, ficou à deriva no mar do Caribe. Acusado de terrorismo, foram assassinados rapidamente, sem direito ao processo judicial. No outro lado da ilha, numa base militar chamada Guantánamo, que pertence aos EUA, país atualmente sob a direção de Bush, estão presos homens do Afeganistão também acusados de terroristas e em condições subumanas, sem direito a nenhuma medida judicial, por não estar a tal base em território norte americano. Que ilha infeliz!

Qual a diferença entre Bush e Fidel Castro no uso do pretexto de terrorismo para justificar atos de banditismo? Creio que Bush é melhor (vejam que tristeza!), porque sobre ele não paira nenhuma suspeita de haver contribuído para a morte de um amigo que poderia evitar sua perpetuação no poder, embora Saddam Hussein tenha sido cria dos EUA, que, apesar dos pesares, mantém eleições - mal apuradas, mas democráticas.

Até Saramago, escritor português comunista que, por isso mesmo, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura (eu preferia o Jorge Amado, muito melhor), declarou não mais querer saber de Fidel Castro, a quem apoiava como ídolo.

Vamos repetir Debray: "Louvados sejam nossos senhores!". E louvado seja aquele que furtou o revólver de Fidel na Embaixada do Brasil em Havana, gesto simbólico de desarmamento de um perigoso e irrecuperável ditador - e mentiroso - que, infelizmente, continua no poder há meio século."

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, este artigo está na Folha de São Paulo do domingo que passou.

Se eu tivesse lendo este artigo lá em Cuba, no Parlamento cubano, com certeza eu sairia daqui para o paredão e seria fuzilado.

Viva a democracia!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Delegado Braddock.

O SR. DELEGADO BRADDOCK

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, venho até esta tribuna para mais uma vez defender os interesses da classe da Polícia Civil.

O senhor governador do Estado mandou a esta Assembléia a alteração do estatuto da Polícia Civil onde pretende com isto dar maior agilidade para que sejam julgados os processos disciplinares contra policiais civis. No seu texto, no seu contexto como um todo o projeto

não é ruim, embora achamos nós que o projeto deveria ser substituído pela Lei Orgânica da Polícia Civil e não transformá-la numa colcha de retalhos como vem sendo feito.

E houve, nesse tempo todo, uma discussão de radicalidade por parte deste deputado que vos fala e por parte do governador do Estado e da sua liderança de Governo, com referência à composição do Conselho da Polícia Civil. Como sou meio jovem, meio leigo aqui na Assembléia, não estou sabendo ao certo se vai ser votado hoje ou amanhã ou se vão passar o golpe de Estado e transformar em comissão geral, amanhã, para que sejam apreciadas emendas, adiantei-me e convocamos a comissão de segurança e hoje reunidos pela manhã deliberamos sobre as emendas do Estatuto da Polícia Civil e parto do seguinte princípio, vou deixar o radicalismo por parte do governo e por parte da comissão de segurança nós abrimos mão de algumas coisas dentro do estatuto, em detrimento de que o Governo do Estado, através de seu governador e da sua liderança também possa abrir mão de alguma coisa ou então não se tem política, que seria a ciência da conversação. Espero que os senhores deputados dentro da seriedade que o assunto exige, deixem de lado as paixões movidas pelo governador na ânsia de querer dizer que toda a polícia é corrupta, que toda a polícia é sem-vergonha, e comece a raciocinar que a Polícia Civil do Estado do Paraná é uma polícia séria, embora tenha alguns elementos que denigrem a sua imagem.

Nós, até o presente momento, fomos contra a presença do Ministério Público, dentro do Conselho da Polícia Civil. Aí o governo achava que eu, o delegado Bradock, era o radical. Mudamos o nosso pensamento.

Na nossa emenda deixamos os dois membros do Ministério Público, dentro do conselho. O governador quer isso. Alteramos o restante do conselho, onde fazemos questão que os policiais de base participem também do conselho. Que o conselho seja eclético e democrático. Surpreendeu-me, agora a pouco, que mesmo assim, ainda sou contra, mas para começar a conversação e o diálogo, para que não fechem, não estanquem as portas da conversação, que coloque nove membros do Ministério Público, 40 padres, 50 bispos, quinze juízes, tudo. E que tire toda a polícia, se não for certo. Se há um conselho normativo, deliberativo e diretivo, acho que a polícia através de seus delegados, tem o dever e o direito de decidir o seu destino. Por isso fizemos essas modificações.

Solicito aos senhores deputados que, nessa votação que será amanhã, reflitam de hoje até amanhã, a nossa emenda, que foi aprovada pela Comissão de Segurança. Não vamos ser radicais demais. Estou abrindo mão e estou dando a cara para bater. Concordo, agora, com a presença dos membros do Ministério Público. Não alteramos mais nada dentro do estatuto. Peço a compreensão para o lado da liderança do governo, que também ceda alguma coisa, ou então, não é política. Se a política é a

arte da conversação e se não houver o diálogo, fica difícil qualquer situação.

Concedo um aparte ao deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. veja como somos democratas. V. Exa. fala no horário da nossa liderança do PMDB, porque V. Exa. é um grande deputado, aguerrido, companheiro e um peedebista. Vemos que V. Exa. melhorou bastante. Nós, ao seu lado, estivemos com o governador, tentando demovê-lo da idéia dos dois promotores, levando a sua idéia junto à ele, para que o governador Roberto Requião cedesse e abrisse mão de um promotor. Mas ele não abriu. V. Exa. está concordando com os dois promotores. Vemos que o governador não estava tão errado. V. Exa. como democrata que é, também está concordando. Não tenho conhecimento da emenda aprovada por V. Exa. Não sei se o deputado Vanhoni tem, mas caminhamos mais um passo à frente. Todos sabem, tanto V. Exa. que diz que a polícia do Paraná é uma das melhores polícias do Brasil - o governador Requião também afirma. Nós confirmamos que a nossa polícia é uma das melhores polícias do Brasil. Precisamos melhorar.

O governador Roberto Requião assumiu, com a grande vitória que teve, uma posição desgastante, ao ser secretário. O seu compromisso era de 90 dias e ele está há quase 120. Ele chamou para si a responsabilidade. Talvez, ele queira preparar para que o futuro secretário da Segurança assuma, sem os maus policiais, aqueles que estão pedindo aposentadoria - existe uma grande parte da Polícia Militar se aposentando. Iremos, democraticamente, conversar e dialogar e chegaremos, se Deus quiser, a um denominador comum. Não tenho o conhecimento e acho que o deputado Vanhoni também não tem a emenda de V. Exa. Iremos conhecê-la no ato da apresentação.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Deputado Anibelli, o deputado Ângelo Vanhoni tem conhecimento da nossa emenda, passei uma cópia ao nobre deputado.

Com referência à atitude do Governador lógico que achamos salutar embora eu acho que os membros da Polícia têm o direito de decidir os seus destinos e nós, policiais temos a obrigação e o direito de decidir o que é melhor para nós, pensando sempre no que é melhor para a sociedade, como um todo. Por isso estamos argumentando que se faz necessário um membro do sindicato dos delegados, no Conselho, um membro do sindicato da classe policial, no conselho, um divisional, um subdivisional, que é um policial que trabalha no interior e conhece o policial civil, como um todo.

Enfim, dessa parte acho que nós não abriremos mão, se tivermos que perder na votação perderemos, mas acho que aí o radical não será este deputado que vos fala.

Concedo o aparte ao nobre deputado, Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Bradock, sem querer desviar o foco da atenção mas para reflexão da Casa eu queria colocar e para V. Exa. que é delegado de carreira, portanto conhecedor profundo da situação da Polícia Civil, sobretudo, eu queria colocar os dados de Santa Catarina, tem 2.829 policiais e 950 viaturas. Tem um policial civil para cada 2.000 habitantes. Tem 13.219 policiais militares e 2.700 viaturas, tem um policial militar para 453 habitantes.

Eu queria que V. Exa. fizesse alguma consideração em relação a isso, se nós temos, aqui no Paraná, essa estrutura equivalente ao Estado de Santa Catarina na relação policial civil, policial militar, viatura para Polícia Civil, viatura para Polícia Militar. Se nós temos o aparato para que efetivamente se realize a segurança à altura do interesse da população do Paraná, ou se estamos além de Santa Catarina ou com menos estrutura que Santa Catarina.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Perfeitamente, deputado. Nós estamos, em alguns fatos, aquém de Santa Catarina. Santa Catarina projete muito mais seus policiais do que nós, aqui no Paraná, haja vista que aqui o efetivo da Polícia Militar hoje é o mesmo de 15 anos atrás, aliás, até menor, há 15 anos atrás eram 21.000 homens, hoje não chega a 17.000.

A polícia civil há uns 10 anos atrás era em torno de 5.500, quase seis mil homens, hoje está em torno de 2.000 e pouquinho. Com muitas aposentadorias, sem estrutura, sem comunicação, enfim, para o senhor ter uma idéia o policial civil, deputado, há 250 municípios, dentro do Estado do Paraná que não têm um policial civil sequer, nas delegacias. Tudo é sustentado pela prefeitura, gasolina, comida de preso, funcionário dentro das delegacias. Então não é só com papel que se resolve a Segurança Pública, não é só querendo ferrar o policial que se resolve a Segurança Pública. Se resolve com trabalho, com ação efetiva, com o combatente lá na frente.

Aí que temos que pensar, não é por causa de meia dúzia de maus policiais que a classe inteira vai sofrer! Senhor presidente, senhores deputados, gostaria que os senhores analisassem essa nossa emenda da Comissão de Segurança, até amanhã, se Deus assim o permitir e que votem sem radicalismo!

Concedo o aparte ao deputado Barbosa.

O Sr. Barbosa Neto

Nós estivemos, agora pela manhã analisando este projeto na Comissão de Segurança e entendemos que o senhor, como disse o deputado Anibelli, melhorou bastante a sua posição, no que, de início, era considerada radical.

A manutenção dos dois membros do Ministério Público no Conselho de Polícia é prova desse avanço. Eu comungo com o pensamento do senhor deputado que também defende a permanência de membros da categoria base da Polícia Civil.

Por que escrivães e investigadores não podem ser representados nesse conselho, já que eles vão ser julgados?

Nada mais justo, nada mais democrático, que eles também possam ser ouvidos através do Sinclapol, para que eles também tenham seus representantes assegurados. Nós queremos frisar, aqui, somos favoráveis à reforma do Estatuto da Polícia Civil, porque já tem 21 anos e merece a adequação, a modernização acima de tudo.

Somos favoráveis que seja tirada da polícia essa banda podre. Mas, mais uma vez friso aqui, a colocação de um delegado das subdivisões e também representantes dos escrivães e dos investigadores é legítima, é justa e vai ter o meu apoio particularmente.

O SR. DELEGADO BRADOCK

É com esse tipo de discurso, de atitude, que eu gostaria de contar com os demais colegas desta Casa de Leis. Abri mão de um ideal próprio, eu pessoalmente tenho a minha concepção do conselho diferente. Mas pensando na coletividade, pensando na situação desta Casa resolvi abrir mão daquilo que eu não defendia. Por isso peço aos senhores deputados e as senhoras deputadas que analisem com frieza, e amanhã quando da votação desta emenda façam sem radicalismo. E não culpem o deputado Bradock de radical.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados e imprensa presente. Venho, aqui, nesta tribuna ressaltar importantes medidas que estão sendo tomadas no governo Lula e que refletem, Neivo Beraldin, na economia do Paraná.

Vejam só, senhoras e senhores deputados, o governo anuncia que a Conab passará a adquirir os produtos da agricultura familiar. Notícia extraordinária. O Banco do Brasil prevê que aumentará em 20% o dinheiro das carteiras agrícolas como a agropecuária como um todo, 20% a mais do que 2002 (previsão).

O IBGE prevê que aumentará a safra para 113 milhões 620 mil toneladas. Um aumento de 16,97% se comparado a 2002. E também Roberto Rodriguez anunciou que será criada, deputada Luciana Rafagnin defensora dos agricultores familiares, será criado um programa de garantia de renda mínima para o pequeno agricultor.

E o Lula disse hoje lá na Embrapa, que a pesquisa científica e tecnológica dentro da empresa também terá prioridade para a pequena agricultura. São notícias fantásticas, uma alternância de poder que se dá um enfoque da prioridade de quem realmente merece atenção do governo sério.

Aqui no Paraná, nosso líder do Governo ontem mencionou muito bem, se assina um convênio com a Apras onde os supermercados terão uma gôndola para vender produtos de origem da agricultura familiar.

E diga-se de passagem esta Casa tem uma lei que votou e foi sancionada, mas não foi regulamentada, que é a Lei nº 13.513 de autoria dos senhores deputados Colombo e Augustinho Zucchi, se não me falha a memória, talvez tenha algum outro autor, corrijam-me. Esta lei deve ser regulamentada. Vamos nos empenhar e com certeza geraremos no Paraná muitos e muitos empregos com a regulamentação da Lei nº 13.513. Então as notícias do setor agropecuário e a prioridade do governo Lula para aportar mais recursos financeiros no setor agropecuário, será fantástica a geração de empregos com certeza no médio e longo prazo.

Para finalizar, esqueci de um dado: para a agricultura familiar como o recurso é menor, este ano, há uma previsão de que será aportado 100% a mais do valor. Na agropecuária como um todo, 20% a mais se comparado com 2002.

Portanto, 2002 e 2003 a diferença para a agricultura familiar será de 100% a mais. Na agropecuária 20% a mais segundo previsão do Banco do Brasil.

Seria isso, senhor presidente.

É uma demonstração de que o governo Lula veio juntamente com essa sintonia do governo Requião, para mudar a situação agropecuária e principalmente dos pequenos agricultores.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Uso este expediente hoje para fazer algumas considerações em relação ao Estado do Paraná. Devo confessar que rapidamente, dei uma olhada no Balanço do governo do Estado publicado no Diário Oficial referente ao 1º bimestre, ou seja, referente ao mês de janeiro e fevereiro deste exercício. Muito se houve falar no Estado do Paraná, aqui na Assembléia, no interior do Estado, nas reuniões que acontecem, nas posses de algumas pessoas que assumem cargos importantes no governo do Estado, tanto na capital como no interior, quando se faz menção em relação à situação econômica em que se encontra o Estado do Paraná.

Nós temos falado aqui na Assembléia Legislativa nos últimos 12 anos em que nós estamos exercendo cargo de deputado estadual e agora para o 4º mandato, finalizando este, estamos indo para 16 anos ocupando uma cadeira aqui na Assembléia e a preocupação de qualquer homem público, seja ele eletivo ou seja ele nomeado por qualquer um dos chefes do Poder Executivo tanto a nível municipal, estadual ou nacional. Acho que o compro-

misso de qualquer cidadão, mas principalmente como homem público, é o desenvolvimento sócio-econômico da sua comunidade.

Tivemos na posse do governador do Estado, quando ele veio na Assembléia na posse dos deputados, quando veio também a esta Casa a mensagem governamental em relação à situação econômica do Estado do Paraná e aquilo que o próprio governo se propunha então fazer nesses próximos 4 anos.

Sempre falamos que o Paraná nos últimos anos mudou o seu perfil econômico, que o Paraná deixou de ser um mero produtor de matéria prima ou seja, o Paraná deixou de ser um fundo de quintal do Estado industrializado, ou seja, de São Paulo ou de Santa Catarina e tantos outros Estados mais e que o Estado iria rever e iria sentir os reflexos da industrialização nos anos seguintes. O Paraná, através dos últimos anos, deu os incentivos para as empresas paranaenses, para as empresas brasileiras ou mesmo, empresas de outros países que quisessem vir aqui no nosso Estado e instalar as suas indústrias e se beneficiar dos incentivos fiscais que a Assembléia Legislativa através da Lei Anibal Khury tem aprovado para que as empresas pudessem usufruir desses benefícios, que pudessem se estabelecer no nosso Estado.

Faço, no início do meu pronunciamento, essas considerações, para que possamos chegar a alguns números. Acredito que são poucos os paranaenses e, principalmente, a nós, deputados, nos interessam demais, pela legislação vigente. É claro que o governo tem que publicar, bimestralmente, o seu balanço da receita. Quando nós, ano passado, ainda, aqui na Assembléia Legislativa, aprovamos o Orçamento para este ano, o presidente da Comissão de Orçamento deputado Cezar Silvestri e o relator deputado Durval Amaral, diversas emendas foram feitas e o governo do Estado estimou a receita para este ano em onze milhões, duzentos e quarenta e dois milhões em números redondos.

Ora, senhor presidente e senhores deputados, se formos por um simples cálculo matemático, se formos pegar os onze bilhões e duzentos milhões de reais, dividirmos por 12 meses que é o que o ano tem, chegaríamos a uma receita de novecentos e trinta e seis milhões, multiplicando por dois: janeiro e fevereiro, teríamos uma receita de acordo com o Orçamento que aprovamos ano passado, de um bilhão, oitocentos e setenta e três milhões.

Agora, veja a imprensa aqui presente, o orçamento que aprovamos ano passado, quando fizemos muitos falaram que jamais esse orçamento seria realizado efetivamente. E os números que trago publicados no Diário Oficial, com edição especial do dia 31 de março, somam dois bilhões e quarenta e sete milhões de reais. Cento e setenta e quatro milhões acima daquilo que nós havíamos projetado no ano passado. E aí, pergunto: este Estado está falido, este Estado está regredindo? Se continuar desta forma, senhor presidente e senhores deputados, chegaremos no mês de outubro, novembro, no máximo, o

governo do Estado deverá mandar para a Assembléia Legislativa um crédito suplementar para suplementar o orçamento por excesso de arrecadação no Estado do Paraná. Isso é reflexo de quê? Reflexo do passado, da industrialização do Estado do Paraná. Porque aqui não tem nenhum centavo do atual governo do Estado. Contra esses números ninguém contesta! Quem publicou esse diário e o balanço não foi a Oposição ao governo do Estado, não foi o ex-governador. Quem publicou, isto, foi o atual governo do Estado do Paraná: uma receita de dois bilhões de reais em janeiro e fevereiro. Se formos considerar, ainda, que se decretou uma moratória dizendo que não podia pagar as dívidas do Estado do Paraná - o resto a pagar, estava orçado. Chegamos a um superávit orçamentário de quinhentos e noventa e nove milhões de reais no Estado do Paraná só em janeiro e fevereiro.

Isto é triste, quando vemos que quando pessoas falam para o Paraná os números que não correspondem com a realidade do balanço do Paraná, publicado por esse governo referente a janeiro e fevereiro.

O Sr. Durval Amaral

Nobre deputado Elio Rusch. Inicialmente quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento brilhante. E dizer que a verdade sempre há de prevalecer. O Paraná de oito anos atrás, não é o Paraná. Tanto isso é verdade, que em dezembro de 1994, a receita do Estado do Paraná era em torno de cento e quinze milhões de reais. Isso há oito anos atrás, quando o ex-governador Mário Pereira estava entregando este Estado. Um pouco mais, um pouco menos, mas essa faixa.

Hoje nós estamos vendo uma receita, como o senhor colocou aí, onde o Paraná em janeiro e fevereiro soma de arrecadação dois bilhões e noventa milhões. Parece-me que um Estado que tem uma receita nesse porte, um comprometimento com a folha de pagamento, que não chega a quarenta e sete por cento da receita corrente líquida. O Estado que pôde nos primeiros dias do governo inclusive pagar 1/3 de férias para os professores e funcionários públicos, só fez isso e só faz isso, em função da condição financeira do Estado do Paraná. Quero fazer justiça aqui, o Paraná sempre foi, deputado Carli, muito bem administrado financeiramente por todos os governadores, Ney Braga, Paulo Pimentel, Álvaro Dias, Roberto Requião, todos eles. A grande diferença está que o governador Jaime Lerner impulsionou a economia do Estado do Paraná, porque em 1994, nós já tínhamos a implantação do Plano Real, a moeda já estava estabilizada e o dólar já equivalia 0,80% do que vale o real. Isso tem que ser colocado.

Agora as mentiras não podem prevalecer. Hoje na CPI da Copel, nobre deputado Ângelo Vanhoni, nós tivemos um depoimento de um técnico da Copel muito elucidativo. Eu perguntei para ele: é verdadeiro ou falso que o Paraná vende, que a Copel vende energia a 4 reais, no mercado externo. Aí o técnico falou: não! Isso pode ser, se nós fôssemos no mercado externo. Mas nós não vende-

mos. Se efetivamente fôssemos vender, iríamos vender a quarenta, cinquenta reais. Eu perguntei a ele quanto é que o consumidor paranaense, todos nós cidadãos, pagamos pelo quilowatt/hora. Ele falou: "320, 330 reais". Ora! Se o governo vender a quatro reais, então venda a quatro reais para os pobres miseráveis do Paraná, para os consumidores de baixa renda, que ficam pagando quilowatt/hora, 320. Que venda para os industriais do Estado do Paraná, que o governo prometeu 40% de desconto e esse desconto não se realiza.

Então, quero cumprimentar e só para elucidar, porque não há milagre na economia que aconteça da noite para o dia. Quanto é que foi a arrecadação de ICMS no mês de outubro, no mês de novembro, dezembro. E do mês de janeiro, porque em janeiro o governo mal assumiu, não teve tempo de fazer milagre nenhum para aumentar tanto a arrecadação assim. Só para que a verdade possa prevalecer.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço! Só para informar a V. Exa. nós temos aí no suplemento especial que publica o balancete do Estado de janeiro e fevereiro, na página 5, "o relatório resumido da execução orçamentária é demonstrativo da receita corrente líquida". Nos últimos doze meses, para que fique registrado nos Anais da Assembléia. No mês de março de 2002, em números redondos - 617 milhões; no mês de abril - 667 milhões; no mês de maio de 2002 - 689 milhões; no mês de junho de 2002 o Estado arrecadou 610 milhões; no mês de julho - 634 milhões; no mês de agosto - 631 milhões; no mês de setembro - 727 milhões; outubro - 727 milhões; novembro - 723 milhões; dezembro - 817 milhões; janeiro deste ano - 833 milhões de reais. Considerando que no mês de março arrecadamos 517 milhões. Esses são os recursos referentes ao mês de dezembro. No mês de fevereiro deste ano - 749 milhões de reais. Só em corrente líquida o Estado arrecadou nos últimos doze meses 8 bilhões e 21 milhões de reais.

Concedo um aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Como disse o deputado Elio Rusch e o deputado Durval Amaral, a verdade sempre chega. Chega muito rapidamente. Vivemos a era da informação, da telemática, da agilidade da informação.

Traz o senhor números claros que demonstram a acertiva da política econômica implantada pelo ex-governador Jaime Lerner. Aquele governo que muitos de nós defendemos aqui. O governo que implantou indústrias e que dinamizou a economia do Estado do Paraná. Fazendo no Paraná um grande pólo econômico e um pólo de desenvolvimento.

O senhor relatar mês a mês o valor da arrecadação ou o valor total da receita corrente líquida do Estado do

Paraná é a demonstração mais evidente do crescimento do Paraná. É um crescimento consistente não sazonal. Temos que fazer esta observação, porque o Paraná é um Estado que dependia da safra, dependia do tempo. Hoje a arrecadação do Paraná é uma arrecadação consistente, o que é importante, é crescente.

Se fizermos uma avaliação rápida do seu relatório, dos seus dados, vamos constatar que há um crescimento real. Se pegarmos os valores que foram arrecadados no mês de março de 2002 e compararmos com a receita de janeiro ou de fevereiro de 2003, podemos descontar a inflação, e vamos ver que tem um crescimento real. Ele é fruto do processo de desenvolvimento. Fez o Paraná tornar-se um Estado, não mais somente agrícola, mas sim um Estado agroindustrial. Com a indústria diversificada, saindo da agricultura, indo para metal-mecânica e para indústria automobilística. Essa é a visão de um governante. É a visão de um estadista. Esta é a visão de um homem, tenho certeza, que com o passar dos anos será referenciado pelo que fez e pelo que deixou no nosso Estado.

Ouvimos do atual governo que o Paraná estava quebrado. Não posso conceber que um Estado que tenha receita que tem esteja quebrado. Um Estado com uma economia forte, tornou-se mais forte. E a visão de futuro, o planejamento do governador Jaime Lerner fez com que o Estado aproveitasse as suas vocações, as suas potencialidades e fizesse isso que aí está hoje, o governo do Estado, com recursos no seu caixa, com superávit na arrecadação.

Tenho certeza que a arrecadação de abril certamente será melhor do que foi janeiro, fevereiro e março. Porque ainda tem a entrada da safra. Estamos fazendo as exportações. Vai ser crescente sempre a nossa arrecadação.

Que felicidade podermos estar deparando com a verdade. Porque até então sugeríamos fazer uma solicitação para saber quanto o Estado havia arrecadado.

Mas, não havíamos recebido a resposta, mas está aí no Diário Oficial. Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Elio Rusch.

Todos os paranaenses precisam saber e conhecer a verdadeira realidade econômica do Estado, e não essa realidade econômica que tentam passar pelos meios de comunicação à população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Não estou de posse da receita de janeiro de 2002, mas ouvimos nos últimos dias, o presidente da APP-Sindicato, quando ocupava esta tribuna e dizia que a Receita do Estado do Paraná de janeiro de 2003, em relação a janeiro de 2002, havia o incremento, um crescimento de mais de 70% da sua receita.

Ora, o Estado que cresce, na sua economia, na sua receita, mês após mês, não pode estar falido. O nosso líder da Oposição o deputado Durval Amaral fez uma

solicitação ao secretário da Fazenda ou ao chefe da Casa Civil, a situação econômica que se encontrava o Estado no dia 31 de dezembro. Quanto dinheiro tinha em caixa e qual era a dívida vencida e empenhada e restos a pagar?

Já recebemos o dinheiro que estava em caixa, esse nós já temos, agora falta receber ainda, quanto era a dívida efetivamente vencida.

Corrija-me, deputado Durval Amaral se eu estiver errado. Mas, os documentos que parece, estão nas suas mãos, mostram que dia 31 de dezembro tinha em caixa no Tesouro do Estado, na administração direta e indireta de todas as empresas, soma 484 milhões de reais que tinha em caixa dia 31 de dezembro do ano passado.

Este governo assumiu o governo com esse dinheiro em caixa. Agora você pega toda a receita de janeiro e fevereiro, falta entrar ainda a receita de março e de dezembro, em que números vamos chegar? Aonde é que está o dinheiro do Estado? Os nossos empresários e os municípios são ameaçados de cortar os convênios que existem. Não recebem os recursos das obras executadas, mas está aqui no Diário Oficial, que tem só em superávit orçamentário 600 milhões de reais. Isso é uma sacanagem! Os números não sou eu quem digo. Os números, é o próprio governador do Estado do Paraná quem diz.

Espero que este tema traga para esta Assembléia ainda muitas discussões. Longe de criticar o atual governo, mas os números têm que ser transparentes. Existe dívida? Existe. Quanto de dívida existe? Quanto está vencida? Qual a capacidade de endividamento do Estado do Paraná? Nós estamos dentro da capacidade de endividamento ou não?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, imprensa, provavelmente teremos amanhã um debate acirrado em relação à questão da Segurança Pública, em relação ao novo Estatuto da Polícia.

Esse assunto que é candente, que aguarda solução e este Plenário certamente saberá se pronunciar com sabedoria garantindo as diversas esferas e representação nesse conselho. Garantindo também a representação da categoria da Polícia Civil, desse conselho, que é eminentemente disciplinar. Gostaria de ressaltar que a questão da ética, a questão da aplicação de medidas disciplinares à polícia, sem dúvida nenhuma, precisa de alterações, mas não se restringe aí a solução dos problemas de segurança pública do Paraná e do Brasil, porque a grande maioria dos policiais, trabalhadores que são, merecem a confiança do povo do Paraná.

Nós vivemos, sim, uma crise de modelo de segurança pública. Já está em curso e em debate no País um novo enfoque acerca da segurança pública; não há como postergar a responsabilização da União, do Estado e dos municípios integrando o Sistema Único de Segurança

Pública, proposta apresentada pelo governo federal e pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva, como uma nova forma de encarar a questão da segurança pública.

Como vereador, apresentei em Londrina o projeto que criava o Sistema Único de Segurança Pública que integrava as ações das diversas esferas do policiamento, da inteligência, do policiamento da Polícia Científica, mas também da Polícia Federal, Militar e Civil. Mas também ressaltava-se nesse projeto, que não fôra aprovado no meu município, a necessidade de as autoridades, especialmente das cidades das regiões metropolitanas, dos prefeitos se integrarem no debate sobre segurança pública, porque uma polícia preventiva, uma polícia comunitária, uma polícia que pratique a segurança pública cidadã é muito mais eficiente. Nós precisaríamos extrapolar o debate que está colocado apenas no enfoque da disciplina policial. É necessário, sim, porém a questão da segurança pública não se restringe a esse debate, mas a um debate de modelo, modelo porque a segurança pública deve ser encarada como um direito do cidadão.

Hoje, eu andava pelo centro de Curitiba. Policiamento militar ostensivo. Certamente o mesmo cuidado não vem sendo tomado na periferia, porque nós não temos um debate sobre modelo de segurança pública e é esse o que mais nos interessa e que certamente o governador, acumulando momentaneamente o cargo de secretário da Segurança Pública, vai nos apresentar para que, aí sim, tenhamos a comunidade participando ativamente no debate da execução dessa política, tornando o policial conhecido e conhecedor da comunidade, porque, hoje, infelizmente, não é por culpa dos policiais, mas pela crise do modelo, a polícia é um ente estranho no dia-a-dia dos homens e mulheres de bem deste Estado e especialmente das regiões metropolitanas.

O debate político está apenas começando, as medidas disciplinares, certamente, haverão de ser tomadas com maior presteza, o projeto haverá de ser aprovado, mas não tem dúvida, não podemos vender ilusões. Precisamos mexer no modelo, torná-lo mais democrático, prestigiar os setores de inteligência da polícia, capacitando, remunerando policiais e cobrando, sim, a boa execução do serviço público.

A SRA. PRESIDENTE (Elza Correia)

Senhor deputado, concedemos um minuto para que V. Exa. possa terminar o seu raciocínio, ou poderá usar o horário da Liderança do seu Partido.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Um minuto é suficiente, senhora presidente.

Para concluir, sem dúvida nenhuma, é um debate que está apenas começando e que não só a Assembléia, não só os setores do Ministério Público, mas o conjunto da sociedade tem que participar, e mais do que isso, volto a dizer, nós precisamos caminhar para criação, no país, de um sistema único de segurança pública, nos moldes do sistema único de saúde, que democratizou o acesso à

saúde, que fez com que as pessoas participassem da definição da política de saúde. E haveremos de participar, enquanto sociedade, da definição da política de segurança pública neste Estado e no País.

Era isso, senhora presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Terminado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, que está reservado ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

A CPI do Banco do Estado já contabiliza a caracterização da maior fraude contábil nas contas públicas do Paraná.

Em decorrência dos trabalhos da CPI do Banestado constatou-se que o governo do Paraná omitiu em seu balanço geral de 98, a contabilização do passivo a descoberto do Banco do Estado do Paraná em 2,6 bilhões de reais.

Segundo o governo, o ente controlador do Banco do Estado S/A, o capital social Banestado em 98 era de 182 milhões de reais; estariam registrados como participação do Paraná no capital social das empresas públicas e de economia mista.

Portanto, faziam parte de ativos do Estado, e esse ativo está negativo a 2,6 bilhões de reais por prejuízo no exercício e que se constitui em fraude contábil. Sua não consideração no balanço do Estado, tendo em vista que o Tribunal de Contas omitiu o parecer prévio, o passivo a descoberto do Banestado é 2,6 bilhões e sua recomendação foi pela aprovação das contas em 98 acatado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Torna a aprovação discutível face ao dolo contábil cometido principalmente por tratar-se de fato de distorção de bilhões o resultado das demonstrações financeiras do Estado do Paraná de 98.

Como prova inequívoca do dolo, foi a omissão geral da negativa de opinião dos auditores independentes que analisaram o balanço geral e demonstração de resultado da Banestado S/A no exercício de 98. O Estado omitiu informações relevantes para a análise das contas do governo. Até o Tribunal de Contas não obteve do governo informações essenciais para análise de prestação de contas do Banestado S/A.

A prova se materializa na folha 61 da prestação de contas do Estado do Paraná, Inspeção de Controle Externo, cuja fonte foi o balanço de 95 a 99, vol. I e demonstrações contábeis constantes nas prestações de contas das empresas.

Diante da gravidade das circunstâncias, entendemos como indispensáveis a mobilização dos senhores deputados no sentido de transparecer as omissões de dolo, revendo a aprovação das contas sobre o prisma da ilegalidade, da ética, da moralidade da coisa pública.

Dadas as circunstâncias submeto a esta Casa de Leis os seguintes requerimentos:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, requer, a convocação, para prestar esclarecimentos a esta Casa de Leis, sobre as omissões de dolo ocorridos na apresentação da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná em 1998, que induziram os senhores deputados quanto à sua aprovação.

A convocação deve abranger: o ex-governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, para que venha discutir sobre essa questão de 1998; o ex-secretário da época da Fazenda, Giovanni Gionédis; o contador responsável pela assinatura do balanço geral do Estado do Paraná em 1998; conselheiro do Tribunal de Contas responsáveis pela omissão de parecer prévio, aprovando previamente a prestação das contas do Governo do Estado de 1998, para ser aprovado pelos senhores deputados.

A convocação deverá ocorrer em uma Sessão Especial da Assembléia Legislativa no menor prazo possível, tendo em vista os compromissos da Casa”.

Senhor presidente e senhores deputados:

Esse é um assunto muito difícil de ser discutido. Houve uma sonegação de informação, uma omissão e a Assembléia do Paraná foi induzida a erro no momento em que recebeu um parecer prévio favorável do Tribunal de Contas, e a Casa aprovou uma conta com grande fraude contábil, talvez a maior fraude contábil da história deste País.

Concedo um aparte à nobre deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia

Companheiro Neivo Beraldin, como relatora dessa CPI do Banestado, eu gostaria de fazer a seguinte colocação.

Acho que compete aos membros da CPI votar e decidir sobre essas convocações e não à Assembléia Legislativa como um todo. Gostaria que inclusive os demais membros da CPI se manifestassem, fosse o caso, mas como relatora entendo que compete aos membros da CPI a decisão de convocação de pessoas para deporem na CPI.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não estou encaminhando o requerimento para a Comissão da CPI do Banestado. Eu estou colocando um requerimento de minha responsabilidade para o conjunto da Casa analisar.

A Sra. Elza Correia

Eu só gostaria de dizer que acho estranho e quero manifestar a estranheza de V. Exa. colocar para o conjunto dos deputados decidirem sobre isso, sem antes ter consultado os dez membros da Comissão do Banestado.

Se V. Exa. quer fazer sozinho, é uma outra discussão, mas os membros da CPI, na minha avaliação, teriam

que ter o direito de serem consultados, ou pelo menos informados sobre a sua decisão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não. É preciso compreender que o que se extraiu aqui, são das contas de 1998 e eu assino esse requerimento como presidente da Comissão de Investigação da Assembléia Legislativa. E quem vai analisar este requerimento, não são os membros da CPI do Banestado, mas é a Assembléia Legislativa como um todo. Não estamos tratando aqui especificamente de assunto da CPI do Banestado; nós estamos tratando de uma fraude contábil realizada pelo governo Lerner em 1998.

Agora, se V. Exa. quiser que eu me reporte à senhora, antes de ocupar a tribuna desta Casa, posso passar no seu gabinete e perguntar-lhe se posso vir aqui e fazer alguma coisa que diz respeito ao povo do Paraná.

Concedo um aparte, com prazer, ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Neivo Beraldin, ao iniciar minhas palavras, quero louvar o seu trabalho à frente da CPI e o grupo de técnicos que fazem o assessoramento.

Mas, por outro lado, quero hipotecar solidariedade à deputada Elza Correia, que é a relatora da nossa Comissão.

Acredito que não só o senhor, como qualquer um dos 54 deputados, pode colocar um requerimento à apreciação deste Plenário. Agora, em nenhum momento, o senhor pode, como presidente da CPI, colocar esse requerimento em votação, porque na verdade nós vivemos em uma democracia! Graças a Deus que vivemos em uma democracia! E os membros da Comissão têm que aprovar se nós vamos colocar, porque o requerimento não é só do presidente; é da Comissão. O presidente representa a Comissão quando uma decisão é votada pelos membros.

Então, quero hipotecar solidariedade à relatora, deputada Elza Correia, e dizer: se o senhor, em seu nome, deputado Neivo Beraldin, apresenta esse requerimento é um direito constitucional e regimental do nobre deputado.

Obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. falou corretamente quando encerra o seu aparte. Tenho pleno direito de vir aqui e trazer a público uma farsa contábil que, evidentemente, deixa de “saia justa” todos aqueles que eram membros de apoio ao governo Lerner. Portanto, é perfeitamente compreensível.

O Sr. Valdir Rossoni

V. Exa. diz que os deputados que apoiavam o governo Jaime Lerner ficam de saia justa. Eu quero dizer que V. Exa. também está de saia justa, porque, em 1998, V. Exa. freqüentava mais o Palácio Iguaçu que o líder do Governo, que era o deputado Rossoni.

Era só esse o aparte.

O SR. NEIVO BERALDIN

Olha, deputado Rossoni, V. Exa. sabe que eu encaminhei aqui durante o último mandato do governo Lerner, demanda judicial que está no Ministério Público. Não é uma, nem duas! V. Exa. sabe que esta Casa aprovou as contas do governo Lerner na última Sessão, sem aceitar inclusive que se colocasse para a segunda discussão e votação no dia seguinte! V. Exa. busque nas notas taquigráficas...

O SR. VALDIR ROSSONI

Única coisa que eu quero saber é se V. Exa. apoiava ou não o governador!

O SR. NEIVO BERALDIN

Claro que não! V. Exa. não vai querer me colocar na cabeça uma coisa que não existe, que é público. Eu não fui naquela tribuna dizer que queria vender a Copel, que era o maior negócio que o Estado iria fazer, V. Exa. foi! Eu não fui naquela tribuna defender que o Estado vendesse a Copel ou que o Estado mudasse de um ano para o outro um passivo do Banestado, de um bilhão e trezentos, para quatro bilhões e cem!

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Neivo, V. Exa. foi autor da Lei de Concessão do Paraná! Quem autorizou os pedágios no Paraná foi uma lei de sua autoria!

O senhor não venha querer se pintar aqui de quem não participou do governo anterior, porque V. Exa. está faltando com a verdade! É uma coisa que me irrita!

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. quer é desviar a atenção da gravidade da denúncia de hoje, que aliás, tenho recebido esse desvio, tenho que me cuidar mais com os companheiros do que propriamente com os adversários, porque é sempre passivo da indagação se nós estamos no caminho certo ou não, quando deveríamos receber o apoio, respeito e consideração e o trabalho na função parlamentar. Não apenas questionar o presidente ou o deputado Neivo Beraldin!

Vamos produzir juntos para produzir e a nossa illustre relatora tem sido uma constante adversária do bom andamento desta CPI. E eu, sinceramente, senhores deputados, estou chegando à exaustão, porque não adianta a pretensão de querer ter a informação se não quer analisar os documentos para extrair as informações. Eu é que não posso fazer a minha equipe prestar trabalho permanente a quem não quer exercer a função que é através do trabalho. Essa é a grande questão.

Mas, quero ir mais longe no meu depoimento de hoje, que era o grande objetivo, as duas partes deste pronunciamento. Era esta constatação e esta denúncia pública.

E a outra consideração que quero fazer a esta Casa, o delegado de polícia, o promotor público, o professor, assume a função através de concurso público. Se ele não cumprir a função dentro do rigor que determina aquele concurso, ele pode ou não pode ser afastado? Pode ser afastado, sim, senhor, diz o deputado Bradock.

Muito bem. Se um conselheiro do Tribunal de Contas, indicado por esta Casa, não fez o dever de casa, não fiscalizou o Banestado que deu um furo de dois bilhões e tantos milhões em 98, pode ou não pode ser substituído o seu mandato como auditor? Esta é a grande questão que eu quero trazer à discussão desta Casa, porque não é possível, o cidadão é indicado conselheiro do Tribunal de Contas, aconselha mal o Poder Legislativo que é seu poder superior e permanece sem nenhuma indagação?

Aí é que eu quero discutir, se esta Casa tem poder para revogar o cargo de conselheiro a esse que não cumpriu a função, ou não tem? Acho que tem! Vamos então levantar esta discussão, porque não podemos permanecer sob a situação que nos encontramos.

Vejam, hoje o Tribunal de Contas se reuniu para discutir as contas de 98 do Banestado. É urgente, porque se não discutir, o presidente tem que vir depor aqui. Então, hoje vamos discutir, porque o presidente pode se colocar numa situação ridícula e prestar um depoimento aos parlamentares do Poder Legislativo, não. Quem ocupa um cargo público deve estar sabendo que tem a obrigação de dar a informação, dar os esclarecimentos, sobretudo àquele que tem a função de fiscalizar a contabilidade, a administração dos atos da ação pública.

Senhores deputados, acho que temos que rever esta situação do conselheiro indicado com cargo vitalício, que não cumpre a sua função. Esta Casa tem que rever se ele pode ou deve continuar na mesma função e agora, sim, repito mais uma vez, falo como deputado estadual Neivo Beraldin e não em nome da CPI do Banestado.

A SRA. ELZA CORREIA (**Questão de Ordem**)

Fui citada na fala do deputado Neivo Beraldin e gostaria de ter um tempo para que eu pudesse fazer a minha defesa.

Primeiramente gostaria de deixar claro a todos os deputados, deputadas, à imprensa e aos munícipes que nos visitam, que nos honram com sua presença, que esta deputada tem história, uma história que não comprou numa prateleira de supermercado, uma história construída pela ética, pela lisura, pelo compromisso com a verdade, e acima de tudo, afinada com a democracia e com a justiça.

Hoje, o deputado Neivo fez, publicamente, uma insinuação indevida de que nós estaríamos querendo prejudicar a CPI. Inverdade! Ninguém mais do que eu, como cidadã, antes de ser uma deputada, tem interesse de ver investigado com profundidade, doa a quem doer, esta questão relativa ao dolo que os paranaenses sofreram

com atos de improbidade, de corrupção e de desvio do dinheiro público, praticado dentro do Banestado.

Dito isto, não quero e não permito que ninguém insinue que esta deputada estaria querendo prejudicar a CPI Banestado. Essa CPI, como as demais desta Casa, tem que dar certo, porque não podemos banalizar um instrumento tão importante à democracia e para o nosso trabalho.

Ocorre que o presidente Neivo Beraldin tem dificuldade, sim, o acesso aos documentos e a participação dos outros dez membros. Tem chamado apenas para si, o direito de ser informado, sobre os documentos, sobre os processos, sobre todas as questões relativas à CPI Banestado.

Se eu estiver dizendo uma inverdade, quero que os demais companheiros me corrijam. Não é a Elza Correia que está confrontando, são os dez outros deputados que não estão concordando com a forma de encaminhamento dessa CPI.

Entendo que a quebra de sigilo é importantíssima para investigação, mas não podemos pedir quebra de sigilo sem que todos tenham o conhecimento dos documentos e das razões que exijam a quebra de sigilo. Se dermos um passo em falso ou errado, todos nós seremos comprometidos e a CPI pode dar em nada, para a satisfação daqueles que, eventualmente queiram isso. Se eu estiver pecando é por excesso de zelo e não o contrário!

Não vou mais admitir que o deputado Neivo Beraldin impeça que esta relatora tenha acesso aos documentos desta CPI. Isto é um equívoco! É centralizar! É não entender qual é o processo de encaminhamento de uma CPI! Preciso ter acesso a esses documentos, como qualquer um dos meus companheiros. Não estamos tendo! Alegou, inclusive, como disse a mim, que se eu quiser informações, que contrate técnicos, porque não tenho competência para analisar os documentos! Fui chamada de incompetente e de preguiçosa!

Houve uma insinuação de que, por ter feito uma dobrada na campanha eleitoral com Reinhold Stephanes, do PMDB, eu estaria querendo proteger o ex-presidente do Banestado. Ora! Isso é me chamar de burra e de irresponsável! Insinua-se também que esta deputada estaria querendo inviabilizar a CPI, por ter amizade com o Garcia Cid. É possível um negócio desse?

Quando solicitei, por escrito, senhoras e senhores deputados, os documentos da CPI, me foi encaminhado um processo ao gabinete, onde consta alguma coisa, que o ex-deputado Pessuti teria tido um empréstimo no Banestado - existem outros, de outros deputados. Eu quero ver todos! De todos! Esse foi um recado indireto. Não recebo recado indireto. Se meu pai fosse vivo e estivesse envolvido com falcatuas, com corrupção, desmandos e safadezas, eu seria a primeira a exigir que ele fosse investigado! É assim que sei trabalhar! É assim que funciona a participação política desta parlamentar!

Portanto, vamos parando com essa brincadeira e com essas insinuações, de entregar fichas antes que eu

chegasse a esta Casa em relação ao meu temperamento e ao meu jeito de ser, para que os deputados ficassem contra esta deputada. Sou uma "lady", mas sei também "rodar a baiana" quando necessário, e rodo a hora em que precisar, senhor Neivo Beraldin, em relação às suas insinuações e ao seu comportamento indevido, como presidente desta CPI, dizendo que se eu continuar enchendo a paciência, V. Exa. me retira da CPI, como relatora!

Quero lhe dizer que, da mesma forma, nós, os outros dez deputados podemos tirá-lo da presidência, se V. Exa. continuar negando o nosso direito de acesso aos documentos, o nosso direito de participar de discussões relativas ao que vai acontecer nos horários da CPI, inclusive porque muitas decisões tomadas na sala de V. Exa., não são cumpridas no horário das reuniões públicas da CPI.

Se eu estiver falando alguma inverdade, se eu não estiver sendo correta, quero que os demais colegas da CPI se levantem agora e digam que esta deputada está falando com a verdade!

Companheiros, eu gostaria de dizer que é profundamente doloroso, inaceitável, inadmissível, receber as pechas que tenho recebido, pelo simples fato, deputados e deputadas, de querer trabalhar direito, da forma correta, da forma decente,...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço à deputada que conclua, para poder ceder ao pedido, Pela Ordem, do deputado Neivo Beraldin.

A SRA. ELZA CORREIA

...da forma conseqüente e responsável!

Ninguém é obrigado a conhecer a minha história, mas saibam, senhoras e senhores, que ela é pautada na coragem e na determinação, não faço acordo com quem quer que seja, a não ser o acordo de lutar por democracia, por justiça social, pelo direito de todos! Esse é o acordo que eu tenho com o povo do Paraná!

Então, chega de brincadeira de mau gosto, de insinuar, inclusive falando para outros deputados, que vieram me falar - não vou declinar o nome, a menos que queiram se manifestar - que esta deputada se utiliza indevidamente de conhecimentos que tem! Mentira! Mentira...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu devo um breve relatório aos deputados, tendo em vista a manifestação da ilustre deputada.

Quando eu propus a CPI do Banestado e fomos indicados presidente, fomos com alguns deputados ao Ministério Público Estadual. Lá estava presente também a deputada Elza Correia.

Recebemos a documentação de 22.000 páginas do Banco Central. O que fizemos? Determinamos à nossa

assessoria que começasse a analisar os documentos. Assim que cada volume é analisado é remetido imediatamente à relatora, para que também possa analisá-lo. De todos os membros da CPI, a única que recebeu, pediu volumes do Banco Central foi a relatora, e ela tem recebido. As portas do nosso gabinete têm estado abertas diariamente, e qualquer dos membros da Comissão pode, evidentemente, ter acesso ao trabalho que está sendo feito e elaborado.

Pois bem. De lá para cá, conseguimos concretizar, efetivamente, 50 contratos, são 729 contratos irregulares com indício de crime, já colocado pelo Banco Central. Essas 50 operações merecem a quebra do sigilo bancário de diretores que concederam estas operações; merecem a imediata ação judicial as empresas que não pagaram o Banestado e que o povo do Paraná está pagando a conta!

E merece, evidentemente, o Tribunal de Contas, receber da CPI do Banestado um trabalho competente, honesto! Se houvesse da parte do presidente qualquer questionamento da sua conduta, eu até aceitaria. Agora, evidentemente, a pressão é enorme! Não revelei à Casa, nunca, nem estou pedindo à Casa, ou conclamando à Casa que me dê assessores, porque a Casa tem cinco CPI's. Não estou revelando à Casa que tenho sido ameaçado de morte diariamente. Não estou revelando à Casa que meu filho vai à escola com um carro na frente e outro atrás! Não estou revelando a profunda inquietação que vivo depois que assumi esta presidência.

Espero dos nobres companheiros, responsáveis deputados, se eu estiver um dia errado, se eu tiver um dia desviado a conduta, me chamem a atenção, porque eu quero ser, na medida do possível, nem um homem bom nem um homem mau; quero ser um homem justo, e por isso, talvez, o povo me delegou seis mandatos populares.

Então minha gente, essa história de pensar que a CPI é apenas para ocupar espaço público, não é não! É muito séria! O Banco do Estado perdoou devedores que não podia ter perdoado! O Banco do Estado deu dinheiro para quem não podia ter dado. Não usou o poder da seletividade; deixou de emprestar dinheiro para quem tinha garantia real, para emprestar dinheiro para quem tinha um fogão como garantia para pagar uma conta.

Então, é evidente, preciso da colaboração de todos os membros da CPI, e mais uma vez torno público, estão franqueadas as portas do meu gabinete e os deputados que digam se não é assim para que todos tenham acesso à documentação.

Agora se os onze membros entenderem que precisam ter acesso às 25, quase 30 mil páginas de processo que temos lá dentro, poderemos fazer cópia de todos e mandar-lhes, só que não há xerox que resolva; é grande o volume.

Então o gabinete está franqueado para que todos tenham acesso e, naturalmente me cobrem, se houver um ponto. V. Exa. omitiu uma informação, tentou favorecer alguém. Aí, sim, sou merecedor de cobrança.

O SR. NELSON JUSTUS (**Pela Ordem**)

Quero ocupar o microfone neste instante, até intempestivamente, porque acho que o assunto deveria, democraticamente ser resolvido dentro da própria CPI.

Erramos mais uma vez em tornar público algumas questões que são reservadas.

Quero hipotecar a minha total solidariedade a essa moça que aqui veio, que conheci há meses atrás, que é a deputada Elza. Ficha alguma chegou a mim, como não chegou a outros deputados novos e que vieram engrandecer esta Casa.

Ninguém quer avançar o sinal antes do tempo. Não podemos, e tenho notado por isso, nunca escondi em todos os anos que estou aqui, nesta Casa, o que penso das CPI's. Tornei público e continuo pensando da mesma maneira. Vou colaborar em tudo como membro da CPI.

Agora, em momento algum temos o direito de sermos injustos, de machucarmos as pessoas antes do tempo.

E não vou falar em momento algum da injustiça que aconteceu dentro daquela sala com o próprio presidente da CPI.

Não vou lembrar, porque ele sabe quanto lhe custou isso. Quanto custou ao Cândido Manoel Martins de Oliveira, quanto custou ao Alcení Guerra e a tantos outros.

Então, temos o dever de termos esse cuidado.

Temos o dever de cuidar das coisas. E não podemos admitir - hoje pela manhã alguém fazia uma brincadeira comigo: "escutei no Fantástico ontem que lavaram 30 bilhões de dólares no Banco do Estado, no Banco de Nova Iorque" não vão querer dizer que foi a minha firma, ou a firma de quem quer que seja que quebrou o banco".

Por favor, temos que tomar um cuidado muito grande para não ofendermos as pessoas. Temos que tomar cuidado para errarmos o menos possível, porque nós não somos juízes e não somos melhores que ninguém!

Temos que apurar? Temos que investigar? Temos. Com lisura, com respeito, com educação, com fidalguia. Se o Tribunal de Contas não cumpre o seu papel, ele também está com as portas escancaradas para fornecer os documentos.

Temos que ser democráticos, temos que ser humildes na hora certa, sem a preocupação hollywoodiana dos holofotes. Temos que ser humildes nas horas certas e procurar fazer o nosso papel.

É isso o que o povo espera de nós, de quem tem quatro, cinco, seis ou dez mandatos. Nós temos o direito de errar o menos possível.

Preocupam-me muito algumas questões que ocorrem neste momento, e quero lembrar à deputada Elza, que é do PMDB. Eu nunca fui, nem pertenci ao PMDB, mas sempre tive uma admiração extraordinária pelo deputado Ulisses Guimarães, que era extremamente humilde, mas extremamente firme na hora de ser firme e que nunca desceu de um palanque ou de uma tribuna

onde não pudesse depois cumprimentar o seu adversário.

Muito obrigado.

Deputada Elza, minha solidariedade. Deputado Neivo Beraldin, meus respeitos. A minha amizade por V. Exa. e pela sua família é de muitos anos, mas não podemos nos precipitar e temos que tomar muita cautela, porque a injustiça dói e V. Exa. sabe o quanto dói.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Obrigado, deputado Nelson Justus. Esta Mesa Executiva lembra que todos os membros da CPI têm total autonomia para seus atos e assuntos.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Tendo em vista o pronunciamento feito, não era esse enfoque, não era esse assunto - eu solicito de V. Exa. se foi registrado o ingresso na Mesa de um requerimento que solicita a convocação do ex-contador do Estado, do ex-secretário da Fazenda e do ex-governador, em relação à omissão e de fraude contábil, induzindo o Poder Legislativo a erro na aprovação das contas de 98.

Esse era o grande objetivo desse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está na mesa e vai ser recebido pela Mesa Executiva.

Vai ser, portanto, dado o encaminhamento.

No Horário das Lideranças, senhor deputado Ângelo Vanhoni, do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Era o meu objetivo na tarde de hoje, abordar os assuntos relativos à Segurança Pública, levantados pelo deputado Bradock.

Também era intenção minha, abrir uma discussão com o deputado Elio Rusch que trouxe uma discussão importante a respeito das receitas do Estado do Paraná e do seu balanço.

Deixo essa discussão para o dia de amanhã, quando vamos analisar o mérito do projeto em discussão, a respeito da Polícia Civil e gostaria de me ater sobre esta problemática que diz respeito às CPI's aqui na nossa Assembléia.

Em primeiro lugar, quero me manifestar em igualdade ao deputado Nelson Justus. A minha solidariedade à deputada Elza, que desenvolve a função de relatora de uma CPI.

Foi escolhida pelo conjunto dos membros, designada pelo seu presidente. O deputado Neivo Beraldin trouxe o consenso de todos os deputados, para conduzir a CPI do Banestado, mas é preciso deputado Neivo, - e o senhor abriu essa discussão e nós vamos ter que levar essa discussão até o fim - que algumas correções no curso da CPI, sejam tomadas.

O SR. NEIVO BERALDIN

Por exemplo.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Por exemplo: a deputada Elza me procurou há dias atrás e eu procurei V. Exa. no que diz respeito à publicidade das discussões dentro da CPI.

Sou ex-funcionário do Banco do Estado e o senhor foi deputado junto comigo e sabe que quem aqui lutou por uma CPI do Banco do Estado, foi este deputado que usa da tribuna, durante três momentos da história do nosso banco, antes de ser privatizado.

As irregularidades já estavam lá antes de ser privatizado. A deputada Elza me procurou e me relatou como estava o funcionamento da CPI do Banco do Estado, e ela, como relatora, trouxe ao meu conhecimento exatamente as mesmas observações que fez aqui para o conjunto dos deputados da Assembléia Legislativa, que, infelizmente, não sei se por intenção sua - muitas vezes a gente comete esses pequenos deslizes, às vezes pelo temperamento, pela vontade de acertar - que havia uma concentração das informações e das decisões na sua pessoa.

Nenhuma CPI vai produzir resultado aqui na Assembléia, se não tiver a participação do conjunto dos deputados, sobretudo, dos que fazem parte da CPI, mais ainda da relatora!

Disse isso para o senhor e vou ler: "como presidente o senhor deveria ser o grande agregador para que a CPI pudesse produzir". No entanto, deputado Neivo, e o senhor sabe a amizade e o apreço que lhe devoto, esta discussão não precisava estar sendo travada, aqui no Plenário da Assembléia Legislativa!

Esta discussão era para estar sendo travada em outro lugar, em outra instância do Poder Legislativo, mas já que foi suscitada por V. Exa. que é o presidente da CPI - no seu discurso agora há pouco, é preciso que a gente tome algumas posições.

Então, os reclamos da relatora, não são novos, levei ao conhecimento do que a deputada Elza estava reclamando, assim como levei outros questionamentos de outros membros da CPI.

Veja deputado Neivo, fui oposição ao governo Jaime Lerner durante 8 anos. Aqui, na cidade de Curitiba, disputei duas eleições contra o grupo do Jaime Lerner: em 96 e em 2000, e sei quanto o peso deste grupo político, o aparelho do Estado, foi determinante para a vitória do seu candidato na eleição passada.

Então, não tenho nenhum compromisso do ponto de vista de afirmar a minha identidade contra a mudança da maneira de governar o Estado que estamos fazendo em relação ao governo passado. Mas V. Exa. traz hoje para a Assembléia uma nova discussão: a convocação do ex-governador do Estado do Paraná.

Vamos ter que nos defrontar com essa discussão, agora, no plenário, porque V. Exa. pensou um requerimento em nome da presidência da comissão de Fiscalização, argumentando falsificações na prestação de

documentos, de balanços do banco que orientou a Assembléia Legislativa a produzir um julgamento equívoco sobre as contas do governo passado.

V. Exa. talvez esteja com toda a razão. Tenho motivos de sobra para desconfiar que a administração passada cometeu exatamente isso que V. Exa. está afirmando, mas, deputado Neivo, um mínimo de discussão, aqui, na Assembléia Legislativa precisa ser feita!

Vou pedir para discutir esse seu requerimento e vou fazer uso do Regimento para que esta discussão não seja feita hoje, porque, a figura do governador do Estado, seja do Jaime Lerner, seja do Roberto Requião, é uma figura que temos que preservar - do ponto de vista de figura de Governador.

O governador Jaime Lerner não foi convocado, até agora, para nenhuma CPI.

Então, essa convocação, deputado, pode até ser aprovada aqui no plenário, mas V. Exa. primeiro, tem que trazer essa discussão para a Comissão de fiscalização, para o Líder do Governo. V. Exa. tem que trazer essa discussão, que é um fato maior para a Assembléia Legislativa, que é a convocação de um ex-governador, no mínimo com uma discussão com seus pares!

Então, esta maneira de como se comportar, de como agir, sei que V. Exa. está movido pelos bons sentimentos de apurar as irregularidades, mas este método talvez não construa os objetivos que a gente quer, de chegar à verdade.

Peço a V. Exa. que reúna do Banco Banestado, - não adianta a gente dizer que os vinte e cinco mil volumes estão à disposição lá no seu gabinete. Não adianta isso, deputado Neivo Beraldin. Ou nós dividimos as responsabilidades, compactuados com os membros da CPI a responsabilidade de conduzir a CPI do Banco do Estado, ou V. Exa. acabará centralizando e acabará trazendo problemas na condução dessa CPI.

O deputado Nelson Justus, que faz parte dessa CPI, um dia desses também fez uma reclamação da quebra de sigilo de algumas empresas aqui no Estado do Paraná. Veja, eu sou a favor da quebra de sigilo de quem tiver irregularidades; que nós façamos toda apuração. Mas a forma como isso está procedendo é que está trazendo no interior da CPI, e quem mais pode corrigir e ser o grande timoneiro dessa CPI a não ser o senhor presidente.

Então, solicito que nos ajude, o senhor que é um homem sério, conhece os problemas, estuda com afinco, dedica-se, põe recursos do seu próprio bolso para proceder análise de documentos. Então, todos nós temos esse respeito e admiração pelo seu trabalho, mas a maneira como está sendo conduzida, acho que está criando alguns problemas na CPI.

É um apelo que faço, um deputado amigo seu, que possamos conduzir a bom termo essa CPI.

O Sr. Neivo Beraldin

Primeiro, inúmeras reuniões foram realizadas no nosso local de trabalho com os membros da CPI.

Está aqui ao lado, o deputado Waldir Leite, que pode dizer se esteve no gabinete, o deputado Pedro Ivo, deputado Doutor Luciano, deputado Francisco Bier, todos os deputados estiveram em reuniões informais no nosso gabinete. Todos! E V. Exa. tem aí a cópia de um ofício que remeti à relatora, que gostaria que V. Exa. lesse, para ver como é o procedimento deste presidente, além da minha preocupação em informar, a medida do possível, a todos.

Vamos ser francos: nem eu mesmo tenho todas as informações que gostaria de ter! Por quê? Evidentemente são grandes volumes e que nem a todo momento posso chegar na equipe e perguntar - escuta, está pronto aquele processo da empresa tal? Eles me respondem: - deputado, tenha um pouco de calma, porque temos que ter uma justificativa competente elencando documentos, e tenho que esperar.

Então, o que não pode, é a ansiedade de querer ter essa informação antes que eu mesmo a tenha. Não há razão. É preciso entender, deputado Ângelo Vanhoni, que lá trabalham três auditores, um contador, dois advogados, uma administradora de empresa e também uma estudante de Direito.

No entanto, é preciso que V. Exa. também saiba e a Casa saiba...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu gostaria, lhe interrompendo, deputado Neivo Beraldin, porque quero lhe fazer uma sugestão, gostaria, senhor presidente, que V. Exa. fizesse um esforço na Mesa Executiva para o presidente Hermas Brandão, de que o senhor disponibilizasse três ou quatro técnicos, em nome da Presidência, à disponibilidade da presidência da Comissão do Banco do Estado!

Que sejam pagos e que tenham alguma obrigação com a CPI e com a Assembléia Legislativa, porque essa situação do deputado Neivo Beraldin ter que despender recursos do seu próprio bolso e ter os técnicos que nós não conhecemos para produzir análise, veja bem, eu não conheço!

O SR. NEIVO BERALDIN

São funcionários do meu gabinete, naturalmente não são estranhos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

São funcionários do seu gabinete?!

O SR. NEIVO BERALDIN

Não são estranhos na Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas, são funcionários do seu gabinete?

O SR. NEIVO BERALDIN

Sim.

O SR. ÂNGELO VANHONI

São contratados pela Assembléia Legislativa no seu gabinete?

O SR. NEIVO BERALDIN

Não. V. Exa precisa entender...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Veja bem, o trabalho da CPI do Banco do Estado mexe com o Banco do Estado e com a sociedade e mexe com a Assembléia Legislativa.

A Assembléia não pode permitir que técnicos e nem a CPI, que não estejam com uma relação de quem sejam esses técnicos. A CPI não pode ser conduzida dessa maneira, deputado Beraldin. Não pode!

Quando um senador faz uma CPI, ele requisita técnicos do Tribunal de Contas da União, requisita um funcionário do Banco do Brasil!

O SR. NEIVO BERALDIN

Exatamente o que o Tribunal de Contas, não fez!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Ele requisita funcionários públicos de quem nós podemos cobrar depois as informações, as análises, para ter controle do ponto de vista público!

Eu não posso, eu, contratar em meu nome, quem quer que seja, para produzir análises, diagnósticos, interrogações e possibilidades de convocações, sem que isso esteja de acordo com o Regimento da Assembléia!

Então, todas as CPI's estão transgredindo se assim estiver ocorrendo!

A primeira providência é que a Mesa da Casa dê condições para que o deputado Neivo contrate e dê preferência, deputado Hermas Brandão, que sejam membros da administração pública. O governador Roberto Requião vai disponibilizar, se a Assembléia assim o solicitar, qualquer membro da Fazenda.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não é verdade! Escreveu que não colocou e não colocará nenhum!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quem falou isso?

O SR. NEIVO BERALDIN

O secretário da Fazenda escreveu assim: Não temos técnicos para disponibilizar.

Nas palavras diz que estaria à disposição: não está!

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor requereu?

O SR. NEIVO BERALDIN

Sim! O Tribunal de Contas disse que não vai pôr!

O SR. DURVAL AMARAL

Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela forma lúcida que faz o seu encaminhamento, no que se refere ao que deu causa a toda essa discussão: o requerimento do ilustre deputado Neivo Beraldin "quer convocar um ex-governador, um ex-secretário de Estado".

Uma questão extremamente simples, basta ler o que determina a Constituição do Estado do Paraná no artigo 54. O senhor é muito lúcido quando coloca efetivamente, que vai pedir para discutir, mas nós deputados, temos limites que são impostos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pelo Regimento Interno.

No artigo 54 da Constituição diz que compete privativamente à Assembléia Legislativa convocar Secretários de Estado. Não compete, em nenhuma das enunciações feitas no artigo 54, convocar cidadãos comuns.

Veja que nós estamos aqui, com todo respeito, nos agredindo, uma discussão extremamente acalorada, em função de um requerimento que tenho certeza é descabido, é despropositado. Ex-governador, não é governador, e se governador fosse não poderia ser convocado para plenário da Assembléia Legislativa, e sim o seu secretário de Estado; não cabe a convocação, a discussão, as agressões. Sem contar que o objetivo que se discute já foi aprovado pelo Plenário soberano da Assembléia Legislativa.

O que importa é o que determina a Constituição Estadual e o Regimento Interno; não cabe essa discussão. Chega o momento, o senhor está certo, com muita lucidez, de acabarmos com essas coisas que possam nos agredir desnecessariamente por falta de conhecimento do que prevê a Constituição do Estado do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Veja, deputado Durval Amaral, se o deputado Neivo Beraldin tem informações e tem um conjunto de informações de que há fraudes no balanço do governo passado, que induziu a aprovação equivocada por parte da Assembléia, nós vamos produzir e vamos trazer essas informações à tona.

Nós não vamos permitir que o Tribunal de Contas faça análise de balanço com números falsificados e não tenha procedido às investigações corretas e que induza a Assembléia Legislativa a aprovar contas que são erradas, porque é o dinheiro público do Estado do Paraná, dos contribuintes, que está em jogo!

Então, não há prescrição em relação a isso; se tivermos que até fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder essa investigação, vamos proceder, e aí poderemos convocar o ex-secretário Giovani Gionédís.

O SR. DURVAL AMARAL

Um fórum competente, não é?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Aí, sim. Mas estou dizendo que o deputado Neivo Beraldin poderia produzir, construir o estofo dessa sua argumentação, um pouco mais consolidado no conjunto da Assembleia, discutindo com a Bancada, discutindo com os líderes, trazendo essas informações.

Eu não conheço essas informações que V. Exa. está discutindo no requerimento! V. Exa. está fazendo uma afirmação gravíssima, eu me sinto incapacitado de votar hoje!

Acho que em primeiro lugar deveríamos produzir as informações, socializá-las e convocar, em primeiro lugar os representantes do Tribunal de Contas para discutir a veracidade ou não das informações, e a partir disso, tomar uma decisão daqui para frente. Mas não! V. Exa. já pensou no pedido de convocação do ex-governador!

Então, deputado Neivo, não entenda a minha fala como restrição à sua vontade de acertar e de procurar a verdade. Eu sou franco e tenho a tranquilidade de vir à tribuna lhe dizer isso, porque sou seu amigo e já lhe disse isso, pessoalmente. Acho que temos um caminho para construir aquilo que precisamos. A mudança do método pode trazer todos os efeitos que V. Exa. quer, de apurar as irregularidades no Banco do Estado, de apurar as irregularidade no balanço desse governo.

Problemas nesse governo, deputado Durval, tivemos muito! Ontem, o governador fez uma reunião com os líderes lá no Palácio e nós tivemos conversando com o secretário da Indústria e Comércio. Pasmem os senhores deputados: foi vendida a Reserva de Pinus do Estado do Paraná para iniciativa privada, uma empresa chamada Guararapes, comprou mil e setecentos hectares de árvores.

Em 2001 - avaliação dessas árvores: 21 milhões de reais! Vendida, recentemente, pago pelos empresários, três milhões de reais! O governador do Estado e a sua equipe apertou, conversou, está lavrado em cartório, com firma reconhecida, com acordo, com nota promissória. Os empresários aceitaram pagar nove bilhões em espécie, seis milhões em replantio e três milhões em área verde de floresta.

Os empresários que pagaram três milhões a um tempo atrás, fizeram uma confissão em cartório, porque na prática é isso, que o preço que eles pagaram era um preço escorchanto do ponto de vista da administração pública. Por quê?

Porque a floresta vale trinta! Pagaram 10%! Na semana passada concordaram em pagar mais dezoito milhões para o governo, que dá o total de vinte e um!

Eu sei qual é a sua observação, deputado Neivo: que não foi feita licitação.

A licitação teve problemas lá no passado, o senhor sabe disso!

O SR. NEIVO BERARDIN

Não foi feita licitação para vender! O governo não pode vender por acordo! Nem por dezoito nem por cinquenta!

O SR. ÂNGELO VANHONI

O governo está ressarcindo o bem público com um acordo firmado em cartório.

O SR. NEIVO BERARDIN

Está fazendo um remendo!

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Governo está ressarcindo o bem público! Quer discutir na justiça? V. Exa. pode entrar na Justiça e argumentar que não foi feita a concorrência pública! Não tem problema, abre-se dez anos para discussão. O governador do Estado está ressarcindo o bem público!

Então, era assim que era administrado o Estado do Paraná! Eu diria para o deputado Elio Rusch, que tem três razões para que a Receita tenha subido. Duas razões principais para que ela tenha subido nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Em primeiro lugar, deputado Elio Rusch, é que a produção e o povo do Paraná são muito mais fortes do que o seu governo, e além disso, deputado Elio Rusch, o mês de janeiro e fevereiro, são os meses que se arrecada mais em toda a administração pública, em qualquer lugar, no Estado e nas prefeituras. E em terceira razão, é que o governo do Estado do Paraná vem fazendo isso, que foi anunciado ontem, de três milhões; trouxe mais quinze, mais dezoito para os cofres do Estado, porque o governo anterior administrava o Estado desta maneira, dessa maneira da Guararapes.

Então, deputado Ribas Carli, deputado Durval Amaral, podem ter certeza, a receita do Estado, quando chegar ao final do ano, vai ter muito mais dinheiro do que V. Exas. imaginam, sabem por quê?

Porque o governo do Estado vai cortar, um a um, os convênios superfaturados; vai cortar um a um os contratos com superfaturamento de 1000%!

Falta escola, falta dinheiro para a Polícia, deputado Bradock; falta dinheiro para contratar professores, porque há oito anos estávamos dizendo que este Estado estava sendo dilapidado, e agora está aí a revelação de uma situação dez vezes pior do que denunciávamos desta tribuna e da imprensa. Eu e vários deputados da Oposição que estão aqui hoje, conduzindo o governo com moralidade e com ética.

Vai sobrar dinheiro para aumentar o salário dos professores; vai ter dinheiro para melhorar a saúde, deputado Jocelito; porque um a um desses convênios nós estamos analisando, e aquele que estiver superfaturado com irregularidade, pode ter certeza, o governador Roberto Requião vai mandar cancelar, e vai mandar apurar a responsabilidade daqueles que cometeram atos lesivos ao interesse público do Estado!

Quando falamos em interesse público, parece que é algo que ninguém enxerga! Interesse público são as crianças de rua que estão aqui na nossa cidade de Curitiba, em cada sinaleiro; interesse público é a educação de nosso Estado que precisa melhorar na sua qualidade,

quando temos ofertas de vagas para a maioria dos estudantes, mas não temos uma qualidade excelente de educação porque os professores ganham trezentos e quarenta reais para dar vinte horas de aula! Isto é salário para os professores do nosso Estado? É educação de qualidade que nós queremos? Que futuro nós queremos? Que Paraná nós queremos construir assim?

A Copel, deputado Durval Amaral, estava obrigada, sim, a comprar energia com aquele valor de dólar do “megawatt” e tinha que vender no excesso a esse preço escorchanto do mercado nacional. Contrato esse que não foi feito pela nossa administração!

Pois, que defende o Paraná, quem quer desenvolver o nosso Estado. Contrato esse que foi feito pela administração, infelizmente, que o senhor estava na condução.

Então, senhores deputados, podem ter certeza, a Segurança Pública vai mudar!

Vai mudar porque hoje o Brasil reclama e exige uma mudança profunda dos Estados, na condução da Segurança Pública.

Não é possível mais assistirmos pela televisão o crime organizando, humilhando, envergonhando o povo brasileiro. É todo dia isso! Quem manda na Segurança Pública, na segurança deste País, são os homens que estão presos; em presídios; é o crime organizado, encastelado muitas vezes no aparato policial com representantes na sociedade! Recentemente foi descoberto que um dos irmãos de um dos chefes do crime organizado da Favela do Borel, no Rio de Janeiro, estava com um posto de gasolina aqui pertinho de onde fica a Vara de Execuções Penais. Lavando o dinheiro aqui, na cidade de Curitiba, com imobiliária e com posto de gasolina! E nem sabemos, muitas vezes essas pessoas estão circulando até por aqui na Assembléia, vindo pedir uma emenda, ou coisa assim! Representantes do crime organizado!

O governador Roberto Requião está correto. É preciso mudar a estrutura da Polícia Civil do Estado do Paraná. E o deputado Bradock tem que perceber e nós deputados temos que perceber que não é para mudar o conselho, um ou outro membro. A mudança do conselho é para trazer transparência, é para não permitir que amanhã o filho de qualquer cidadão seja preso por qualquer irregularidade, não seja vítima de um achaque, como é prática muitas vezes ainda nas estruturas policiais do nosso Estado!

Nós não queremos mais isso para nossos filhos! Nós queremos uma outra polícia, uma polícia cidadã, que tenha o respeito da comunidade! Que possamos sentir orgulho de dizer: este meu amigo é um amigo policial!

Por isso, peço aos senhores deputados que amanhã dêem um voto de confiança ao governo do Estado do Paraná. Dêem voto de confiança à Polícia e à Segurança Pública do nosso Estado, a nova Segurança Pública que nós queremos construir, votando e aprovando o projeto que está tramitando nesta Casa.

Agradeço, e desculpem-me a emoção, mas é que essas coisas dizem respeito à vida de cada um de nós e ao

futuro do nosso povo. O Brasil não pode continuar como está! Vocês assistem na televisão todo o dia, e aqui em Curitiba o crime acontece nos finais de semana, são quinze, vinte assassinatos, roubos à mão armada! De quinze a vinte mortes por homicídio, 80% de quem morre são jovens de dezesseis a vinte e quatro anos de idade! Nós não queremos mais isso nem para Curitiba, nem, para o Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, com a palavra o deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Dentro da exposição, eu queria requerer que a Mesa da Assembléia providenciasse uma assessoria ética e independente para a senhora relatora da CPI do Banestado.

No Congresso Nacional, quando se tem Comissão Parlamentar de Inquérito, os relatores têm a disponibilidade de assessores éticos e independentes. Eles não ficam dependendo de favores de assessores particulares contratados por este ou aquele deputado ou senador.

Eu queria requerer a contratação de uma assessoria ética e independente para a CPI do Banestado, à disposição da relatora, a deputada Elza Correia - até em homenagem à qualidade moral dessa valorosa deputada. É uma honra pertencer ao mesmo Parlamento de S. Exa!

O que está acontecendo aqui é semelhante ao enredo absurdo do livro de Humberto Eco, “O nome da Rosa”, onde um padre perverso dominava a biblioteca e os vinte mil livros dela. Ele os envenenava e quando as pessoas iam ter acesso aos livros, iam virar as páginas, as folhas, morriam envenenadas.

Nós temos que libertar a Assembléia desse padre perverso, e dar à nossa relatora o acesso às informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Faço parte da CPI do Banestado e fui citada tanto pela deputada Elza como pelo deputado Neivo, como sendo um dos membros da CPI. Eu gostaria de dizer que tenho acompanhado e visto o esforço da deputada Elza como relatora, e também as constantes reclamações de que não está tendo acesso à documentação.

Nesse sentido, eu até gostaria de pedir, não só à CPI do Banestado; eu conversava aqui com o deputado Elton, que faz parte da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, são várias as CPI's que solicitam um apoio. E acredito que devemos ter alguma providência nesse sentido, e inclusive pedir ao Tribunal de Contas que coloque à disposição esses técnicos, para que possamos fazer um bom trabalho. Especialmente falo com relação não só aos

deputados novos, que eu sou uma deputada que já está há quase três anos nesta Casa, mas tenho dificuldade de acompanhar a questão do Banestado, porque não acompanhamos todo o processo anteriormente.

Então, é necessário que se tenham pessoas, que se coloquem à disposição técnicos, para que possamos fazer um bom trabalho na CPI. Acredito que isso, com certeza, vai amenizar até o desentendimento que existe hoje junto à CPI do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa e também do deputado Rafael Greca, o artigo 37 do nosso Regimento Interno fala o seguinte no seu parágrafo primeiro: “A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, bem como em caráter transitório, ou de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos”.

Então, vamos requerer os funcionários necessários para que possam, esses funcionários, devidamente designados e requisitados, realmente trabalhar junto às CPI's.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Informo a V. Exa. que, na condição de presidente, remeti correspondência no dia 08 de abril de 2003 ao senhor secretário da Fazenda, solicitando a disposição funcional para assessorar a CPI a senhora Teovana Sorde, e o mesmo respondeu que pode, eventualmente, disponibilizar alguém lá na Secretaria, mas que os técnicos não poderiam vir aqui.

Na mesma ordem, senhor presidente, encaminhei à senhora procuradora Maria Teresa Gomes, que seja indicada a disponibilidade de um representante do Ministério Público do Estado e também me respondeu não ser possível.

Ao Tribunal de Contas solicitei que me encaminhasse o nome de quem foi, qual o técnico que fez a prestação de contas do Banco do Estado do Paraná: não me foi respondido; solicitei três técnicos que pudesse disponibilizar para atender essa Comissão; não me respondeu positivamente. Ainda, além do que, sobre esse tema, senhor presidente, quero, a partir deste momento, se V. Exa. me permitir, colocar os volumes que possuímos, informações do Banco Central vindos do Ministério Público, na Biblioteca Pública, talvez da Assembléia Legislativa, para que todos os deputados possam ter acesso, porque eu dei uma desdobração em querer ser o mais transparente possível, tentar agradar da melhor maneira possível, mas infelizmente não tenho conseguido.

Então, o que requeiro de V. Exa. é que determine qual o local onde devo colocar esses documentos públicos, para que fique a guardo deste Poder e todos os depu-

tados tenham acesso, evidentemente. Aí, sim, eu deixarei de ser a vitrine da discussão deste tema.

Estou aguardando esses documentos em nosso gabinete, estamos nos esforçando de maneira como nunca deixamos de atender a nossa base eleitoral, procuramos exercer um trabalho que dignifique este Poder.

Eram essas as nossas considerações.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

A CPI dos Jogos da Natureza também requereu auxílio do Tribunal de Contas e infelizmente não teve uma recíproca satisfatória.

Então, acredito, que tem poder para exigir isso desse órgão auxiliar com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos entrar em contato com o presidente do Tribunal de Contas, o conselheiro Henrique Naigeboren, e vamos solicitar que conceda à Casa os técnicos necessários para acompanhar as CPI's.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria comunicar à Casa que a CPI da Copel requereu e já recebeu dois auditores do Tribunal de Contas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, vou encaminhar amanhã, ou na próxima segunda-feira, o Regimento Interno aprovado pela nossa CPI, por unanimidade, com emendas, inclusive.

Foi uma forma de normatizarmos o debate em relação às convocações e forma de funcionamento. Acho que poderia ser útil também para as demais CPI's a aprovação de um Regimento Interno, à medida que disciplinaria não só as convocações, mas a forma de funcionamento e a elaboração do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Regimento Interno da Casa existe uma Comissão, inclusive, que está elaborando um novo Regimento da Casa, tem o prazo de 90 dias.

É presidida pelo companheiro Vanderlei Iensen.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

A nível de esclarecimento, como relator da CPI do Paranacidade, gostaríamos de informar que estamos contando com a colaboração de três técnicos do Tribunal de Contas, que nos foram cedidos pelo presidente Henrique Naigeboren, e ele, quando nós o visitamos, esclareceu que não teria técnicos suficientes para as cinco CPI's, mas que estava se colocando à disposição naquilo que fosse necessário, inclusive, talvez não de forma permanente na Sessão, dos técnicos, mas temporariamente, naquilo que fosse possível ajudar.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu não recebi a afirmativa de V. Exa. para saber aonde devo encaminhar os documentos, porque como já disse, está transparecendo que eu não quero que os deputados tenham acesso.

Gostaria que V. Exa. determinasse o local para que eu pudesse, imediatamente, encaminhar toda a documentação, para que todos tivessem acesso, porque só assim podemos resolver este problema.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos resolver para V. Exa., e informamos ainda até o final da tarde onde V. Exa. deverá guardar os volumes da CPI, e colocar à disposição dos senhores parlamentares.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 12/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, sugerindo a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do Estado do Paraná. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Projeto de Lei Complementar, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Jocelito Canto, Cida Borghetti, Nelson Garcia, José Maria Ferreira e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 30 de abril em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003. **Recebido na forma do artigo 107 do Regimento Interno. Será apreciado na Sessão de amanhã.**

Requerimento nº 782, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 30 de abril, para o período matutino, às dez horas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. **A Sessão de amanhã será realizada às 10h.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 622/2002, de autoria dos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pesutti. Concede título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao professor doutor Metry Bacila. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 114/2002, de 09.09.2002).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 099/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia. Concede título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Francisco de Assis Lemos de Souza. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 005/2003, de 11.03.2003).

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, com o objetivo primordial de modernizar e dinamizar o procedimento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado por unanimidade.** (Publ. no DA nº 010/2003, de 25.03.2003 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Fundamentação

O projeto apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

O chefe do Poder Executivo possui competência para legislar sobre a matéria, conforme preceitua a Constituição Estadual, nos seguintes artigos:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento da sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”

“Art. 87 - Compete privativamente ao governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”

Item 01) O artigo 6º do Estatuto da Polícia Civil, que já havia sido modificado pela Lei Complementar nº 89/2001, foi novamente modificado para alterar a composição do Conselho da Polícia Civil, sendo alterados os incisos IV, V, VI e VII, onde foram substituídos os componentes da seguinte forma: inciso IV) o assessor civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública por dois representantes do Ministério Público, indicados pelo procurador geral da Justiça; inciso V) dois delegados da classe mais elevada por dois delegados de Polícia estáveis, indicados pelo governador do Estado; inciso VI) dois representantes da Secretaria de Segurança Pública por um representante da mesma Secretaria, de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, indicado pelo respectivo secretário; e inciso VII) o diretor da Escola Superior da Polícia Civil por um representante da Procuradoria-Geral do Estado, indicado pelo procurador-geral do Estado.

Todas as substituições feitas encontram amparo legal, principalmente quanto à indicação dos representantes do Ministério Público, conforme artigo 129, VII da Constituição Federal:

“Art. 129 - São funções institucionais do Ministério Público:

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior”;

A competência do Conselho da Polícia Civil foi enquadrada com inciso VIII do artigo 6º, sendo mantidas as competências existentes anteriormente e excluindo-se duas, a saber: a) determinar, com exclusividade, a instauração dos processos administrativos; e, b) compor as Câmaras Disciplinares. Estas alterações não alteram o panorama legislativo e encontram guarida constitucional e legal.

Todavia, há falha na técnica legislativa, vez que colocou-se a competência do Conselho no inciso VIII, estando o referido inciso em conflito com o *caput*. Desta forma, deve-se revogar o inciso VIII e criar-se o parágrafo único do artigo 6º.

Item 02) A modificação efetuada no artigo 194, que assegura a pessoa, física ou jurídica, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder cometida pela autoridade policial, encontra total respaldo na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXIV, “a”:

“XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”.

Item 03) O novo artigo 195 é um agrupamento do que dispunha o artigo anterior 194 e não representa qualquer alteração na situação jurídica anterior, estando de acordo com o ordenamento jurídico.

Item 04 e 05) Os novos parágrafos 1º, do artigo 216 e o parágrafo 1º do artigo 217, transferem a compe-

tência de decidir pelo afastamento temporário ou não do policial civil que era do Conselho da Polícia Civil para o corregedor-geral da Polícia Civil. Estas alterações encontram respaldo jurídico.

Todavia, parte da redação do parágrafo 1º do artigo 217 é inconstitucional.

O artigo 217, parágrafo 1º, possui a seguinte redação:

“Art. 217 - O servidor policial civil, indiciado em processo disciplinar, será afastado do exercício a critério do corregedor-geral da Polícia Civil, que poderá decidir pela redução de 50% (cinquenta por cento) do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença corrigida monetariamente se for, afinal, absolvido.”

Esta redução de cinquenta por cento do vencimento sem o julgamento definitivo do processo disciplinar não encontra amparo legal, tendo em vista que, segundo a Constituição Federal, as penas somente poderão ser aplicadas após o trânsito em julgado dos processos, *in verbis*:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

LIX - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;”

A própria Procuradoria Geral do Estado em seu Parecer 278/2000, da lavra da procuradora Vera Grace Paranaguá Cunha, considerou inconstitucional o § 1º do artigo 217:

“Pelo que foi exposto, entendemos ser inconstitucional as disposições que implicam em redução salarial de 50% prevista para os servidores policiais civis indiciados em processo ou sindicância administrativa, sendo também inconstitucional a sua incidência sobre verbas de natureza genérica, inerentes ao cargo de policial civil, que se incorporam à remuneração, mesmo quando o servidor estiver afastado das funções.”

Item 06) A nova redação do artigo 222, apenas desmembra o inciso VI para inciso VI e VII, representando apenas aperfeiçoamento na técnica de redação do texto legal.

Item 07) Segundo o novo artigo 227, a pena de suspensão acarreta a perda de cinquenta por cento da remuneração. Na redação anterior, a perda era de um terço dos rendimentos. Esta mudança significa nova graduação na penalidade, tornando mais severa a pena de suspensão. Comparando com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, percebe-se que a pena aplicada é mais branda para os policiais civis, porque segundo o

artigo 293, parágrafo 4º do referido Estatuto, o funcionário suspenso perde todas as vantagens decorrentes do cargo.

Item 08) A mudança do artigo 238, inciso III retira do Conselho de Polícia Civil a aplicação *ex-officio* das penas de advertência, repreensão e suspensão.

Item 09) O artigo 240 regulamenta de forma mais específica a investigação preliminar, podendo esta ser instaurada pelo corregedor geral ou pelas demais autoridades referidas no artigo 238, sendo que anteriormente era instaurada pelo corregedor geral.

O artigo 240, em seu parágrafo 5º cria também providências que poderão ser tomadas pelo corregedor geral durante a sindicância ou processo administrativo, devendo tais medidas serem convenientes para a instrução ou para o serviço policial, devendo ser determinadas por despacho fundamentado, a saber:

I - afastamento preventivo do policial civil, até noventa (90) dias, prorrogáveis uma única vez por até sessenta (60) dias, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato, observado o disposto no artigo 217;

II - designação do policial civil para o exercício de atividade exclusivamente burocrática, até decisão final do procedimento.

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas.

IV - proibição do ponto de armas;

V - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento.

As modificações do artigo 240 encontram amparo legal.

Item 10) - Conforme a nova redação o artigo 241, a sindicância será instaurada de Ofício pelo corregedor-geral ou por determinação das autoridades referidas no artigo 238, devendo a instauração da sindicância ser comunicada ao Conselho da Polícia Civil e ao setor de pessoal. Estas medidas simplificam e centralizam o procedimento administrativo, pelo que também encontram respaldo legal.

O novo parágrafo 11 do artigo 241 criou a possibilidade de prorrogação do feito por trinta dias, a contar da citação, conforme despacho fundamentado do corregedor-geral e mediante requerimento da autoridade sindicante. Esta modificação visa amparar o procedimento de sindicância caso seja necessário, fato que protege o interesse público e, portanto, revestido de legalidade.

Item 11) As mudanças do artigo 242 apenas alteram a conclusão do processo para a autoridade sindicante (antes era para presidente) e determinam que, se no decorrer da sindicância ficarem caracterizadas outras transgressões, serão extraídas as peças necessárias e remetidas ao corregedor-geral, que instaurará novo procedimento. Anteriormente, quando constatadas outras transgressões a sindicância era adiada e concedido novo prazo para a defesa, sem prejuízo dos atos já praticados.

Item 12) Já o novo artigo 243 e parágrafos, prevêem que poderão instaurar o processo disciplinar as autoridades referidas no artigo 238, devendo este ser provocado pela autoridade policial observado o disposto no artigo 257 e aplicando-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Penal.

Itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20) As mudanças dos artigos 244, 245, 247, 248, 249, 251, 252 e 253 são apenas de adequação do procedimento administrativo e não apresentam nenhum óbice legal.

Item 21) A modificação do parágrafo 4º do artigo 255 determina que quando apurado a existência de fato que tipifique ilícito penal, a autoridade disciplinar encaminhará pelas para o Ministério Público. Anteriormente as peças deveriam ser encaminhadas ao corregedor-geral.

Item 22) A redação do novo parágrafo 1º do artigo 259 determina que o corregedor-geral provocará a apuração das responsabilidades legais de quem deu causa à prescrição ou descumprimento de formalidade essencial, medida que anteriormente era tomada pelo conselheiro relator.

Item 23) O parágrafo 1º do artigo 261 determina que a prisão dos servidores policiais deverá ser comunicada à autoridade judiciária e ao corregedor geral, que instaurará o processo disciplinar. Anteriormente a previsão deveria ser comunicada à autoridade judiciária e ao Conselho da Polícia Civil.

Item 24) O artigo 263 e parágrafos modificam a sistemática dos recursos, que deverão ser apresentados no prazo de trinta dias (antes eram cinco dias), tendo a autoridade que aplicou a pena o prazo de dez dias para manter sua decisão ou reformá-la. Mantida a decisão ou reformada parcialmente, o processo será encaminhado para reexame pelo superior hierárquico.

Item 25) O artigo 264 explicita que o pedido de reconsideração da decisão tomada pelo governador do Estado em única instância deverá ser feito no prazo de trinta dias e não poderá ser renovado.

Item 26) O artigo 265 aduz que os recursos não terão efeito suspensivo e que caso sejam providos, retroagirão seus efeitos à data do ato punitivo. Anteriormente, o presidente do Conselho da Polícia Civil, poderia dar efeito suspensivo ao recurso, conforme o caso.

Item 27) O artigo 266 determina que a decisão final não se fundamentará em manifestações técnico-jurídicas não compreendidas no âmbito da relação processual, ressalvadas, as oriundas da Procuradoria Geral do Estado.

Item 28) O novo artigo 267 e a introdução dos parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º modernizam o procedimento de revisão de punição disciplinar, salvaguardando os direitos daqueles que foram julgados, determinando que pena imposta não poderá ser agravada e que ônus da prova cabe ao requerente

Item 29) O artigo 270 passa a dar novas opções de resultado para o julgamento do pedido de revisão, que poderá ser procedente, alterar a classificação da infração,

absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada. Estas modificações, sem dúvida, beneficiam os servidores policiais.

Item 30) Por fim, a modificação do parágrafo 1º do artigo 295 determina que deverão ser escolhidos dentre os integrantes da carreira de delegado de polícia, preferencialmente de classe mais elevada, os eleitos para os cargos de delegado-geral adjunto, corregedor-geral, corregedor de Assuntos Internos, corregedor de Área, assessor civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública, diretor de Escola Superior da Polícia Civil e diretor do Instituto de Identificação. Anteriormente, tais cargos eram restritos aos delegados da classe mais elevada”, o que na prática abre a possibilidade de delegados de outras classes concorrerem a tais cargos.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

1) Revoga-se o inciso VIII do artigo 6º e acrescenta-se parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:

a) deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo delegado geral de Polícia Civil;

b) zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Paraná;

c) aprovar regimentos internos das unidades policiais civis e outros atos normativos que definam a atuação da Instituição;

d) propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil;

e) pronunciar-se sobre matéria relevante, concernente a funções, princípios e condutas funcionais ou particulares do policial civil que resulte em reflexos à Instituição;

f) examinar e avaliar as propostas das unidades administrativas da Polícia Civil do Estado do Paraná, em função dos planos e programas de trabalho previstos para cada exercício financeiro;

g) analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

h) proceder ao julgamento, como instância originária, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis;

i) deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

j) deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

l) deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

m) deliberar, conclusivamente, sobre a indenização, promoção ou pensão especial decorrente de enfermidade ou morte em virtude de serviço ou do exercício da função;

n) exercer outras atribuições previstas em lei;”

2) O parágrafo 1º do artigo 217 passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - O servidor policial civil indiciado em processo disciplinar poderá ser afastado do exercício, a critério do corregedor-geral da Polícia Civil.”

Sala das Sessões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Marcos Isfer e Delegado Bradock.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2003

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil do Paraná, conforme especifica.

No que compete à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do duto Plenário desta Assembléia. Porém, antes, o projeto em questão será encaminhado à Comissão de Segurança Pública, para receber o seu competente parecer.

Desta forma, manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 28.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 785, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, meu som não funciona, estou pedindo para discutir - o senhor não ouve e o som não funciona - esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu não ouvi.

O SR. DURVAL AMARAL

Pois é, mas estou pedindo, gritando, e o som não funciona.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tadeu Veneri, envio de expediente.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental.

Requerimento nº 798, de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Encaminha-se na forma do requerido.**

Vamos transformar em encaminhamento ao senhor prefeito. Requerimento a prefeitura não se aprova aqui na Assembléia, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Requerimento nº 799, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Não recebido conforme artigo 54 inciso XXXIII da Constituição Estadual e artigo 50 da Constituição Federal.**

Requerimento nº 774, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 775, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 776, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se no final desta Ata).

Requerimento nº 781, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 783 e 801, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 784, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 788, 790 a 794 e 800, de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 789, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 796, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 797, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do deputado Luiz Accorsi e Delegado Bradock, que requerem a liberação do plenário, desta Casa de Leis, para a realização de evento denominado Honraria de Mérito dos Trabalhadores, pelas personalidades empreendedoras do Paraná. Esse requerimento já foi aprovado anteriormente. terá uma Sessão às 18h00, que será presidida pelo nosso companheiro Natálio Stica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON GARCIA EM SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 2003.

“JUSTIÇA

Gostaria de expressar a minha satisfação pelo destaque dispensado por esta conceituada revista ao processo em que a União federal se opõe à indevida pretensão de pagamento de cerca de R\$20 bilhões ao Estado do Paraná e empreiteiras, a título de ressarcimento de gastos com a construção de uma ferrovia entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa. Observo, porém, que a matéria ‘O Paraná defende sua ferrovia’ (IstoÉ 1748) está incompleta. É que a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado. No entanto, foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União e que serviu de fundamento aos votos até agora proferidos em defesa dos cofres públicos. Assim, a matéria ficou restrita ao entendimento de uma parte e do solitário voto a seu favor. Estou consciente de que, no exercício do cargo de advogado-geral da União, tenho o dever constitucional de defender com rigor o patrimônio público de tamanho prejuízo. Lembro que os valores apurados pela AGU estão nos autos do processo. Mais uma vez, coloco-me à disposição desta revista para prestar qualquer outro

esclarecimento a fim de que os leitores conheçam melhor os fatos e o direito em questão.”

Álvaro Augusto Ribeiro Costa
Advogado-geral da União
Brasília-DF

ISTO É RESPONDE:

O Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-geral da União, reconhece que “a discussão se faz a respeito do inteiro teor dos convênios firmados entre a União e o Estado”, aduzindo que “foi omitida na matéria justamente a parte dos mesmos em que está expressamente limitada a responsabilidade da União”. Acontece que a moção unânime da Assembléia Legislativa do Paraná enumera todos os convênios firmados e o termo da transferência da ferrovia. No primeiro, assinado em 28 de outubro de 1968, consta que a ferrovia “a ser construída pelo Estado do Paraná” seria transferida “para o governo federal”, que assumiria “todas as despesas suportadas para a conclusão da obra”. No segundo, assinado em 23 de julho de 1971, consta o prosseguimento da construção “com esforços conjugados do governo do Estado e do governo federal, bem como a transferência a este de todo acervo ferroviário construído e a indenização pela União ao Estado das despesas suportadas na realização do empreendimento”. No terceiro, firmado em 24 de dezembro de 1973, como Aditivo-Apostila ao convênio de 1971, consta que “continuam em vigor todas as condições do convênio inaugural”. A ferrovia foi inteiramente construída e entregue ao governo federal em outubro de 1975, ocasião em que foi firmado o Termo de Recebimento no qual consta que, embora a Rede Ferroviária Federal ficasse autorizada “a utilizar plenamente todos os bens móveis e imóveis”, o “acervo da ferrovia” só seria transferido “após o acerto final de contas entre os dois poderes”. Desse modo, ao contrário do que afirma o Dr. Advogado-Geral da União as cláusulas dos três convênios e o termo de transferência deixam claro que a responsabilidade da União pelo custo da ferrovia jamais ficou limitada a algumas parcelas ressarcidas no curso da obra e mencionadas no texto do convênio de 1971. A simples leitura do Aditivo-Apostila de 1973 e do termo de transferência de 1975 justifica o empenho do governo do Paraná no sentido de pleitear que, após 28 anos de demora, venha a ser honrado o compromisso da União de “um acerto final de contas”.

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 06.05.2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 163/2003, Autor: deputado Doutor Luciano, proíbe a discriminação aos portadores de vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providên-

cias. **Relator: deputado Hermes Fonseca. Designado em 10.04.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 173/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor agro-industrial o restabelecimento das condições de competitividade, diante de produtos importados do exterior, afetada por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 174/2003. Autor: deputada Elza Correia, concede título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Nelson Maculan. **Relator: deputado Durval Amaral. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 176/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, estabelece o código de direitos e responsabilidades sociais dos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 188/2003. Autor: deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 189/2003. Autor: deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 22.04.2003.**

Projeto de Lei nº 201/2003. Autor: Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, altera o artigo 4º da Lei nº 12.241/98 (composição do Conselho Diretor). **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 22.04.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 673/2002. Autor: deputado Elio Rusch, autoriza o Poder Executivo a regulamentar a situação funcional dos professores e especialistas de educação da rede estadual de ensino. **Relator: deputado Nelson Justus. Designado em 30.04.2003.**

Projeto de Lei nº 210/2003. Autor: Poder Executivo, objetiva criar cargos de provimento em comissão,

com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 30.04.2003.**

Projeto de Lei nº 227/2003. Autor: deputado Ângelo Vanhoni, altera a Lei nº 14.035/2003, que disci-

plina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 30.04.2003.**